



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 18

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 18 de Junho de 1997

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar.*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10.15 horas)

Período de Antes da Ordem do Dia

Este período iniciou-se com a leitura da correspondência, passando-se de seguida às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região onde intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), António Meneses (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), António Almeida (*PSD*), João Greves (*PP*), Silva Melo (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), Jaime Medeiros (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

Atingida a hora regimental para o almoço, os trabalhos foram interrompidos reiniciando-se pelas 16.10 horas com a **Sessão de cumprimentos do Plenário da**

Assembleia Legislativa Regional dos Açores aos Deputados do Parlamento Europeu, onde proferiu uma intervenção o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (*Dionísio de Sousa*).

Os trabalhos terminaram às 16.20 horas.

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

(Eram 10.15 horas)

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fernanda Mendes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - João Greves, José Monjardino; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar os nossos trabalhos com a leitura do expediente.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Representação Parlamentar do Partido Comunista, um ofício dando conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional

dos Açores que o Sr. Deputado Paulo Valadão passará a integrar a Comissão Eventual para a Revisão do Estatuto-Político Administrativo.

Secretário (*José Aguiar*): Do Gabinete do Sr. Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, um pedido de parecer sobre, o "Projecto de Decreto-Lei que altera o estatuto remuneratório do pessoal médico".

Baixou à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Sr. Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, um pedido de parecer sobre o "Projecto de Decreto-Lei que permite o exercício de actividade de apanha submersa de espécies biológicas marinhas, enquanto não for aprovado o quadro regulamentador relativo à formação de mergulhadores".

Baixou à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

- Da Comissão de Economia, Finanças e Plano, parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97 — "Extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura (IACAPS)".

- Também da Comissão de Economia, Finanças e Plano, parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/97, "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de Março — Protecção dos mamíferos marítimos no mar territorial e na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores".

Presidente: Terminada a leitura do expediente, vamos passar às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Ontem, terminámos os nossos trabalhos com a intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, tendo ficado para hoje os pedidos de esclarecimento.

Neste entendimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Devo dizer que foi com grande admiração que ouvi V. Exa. falar ontem na sua intervenção de "conversas de canto de esquina". No princípio julguei que não estava falando a sério, mas com a continuação verifiquei que estava mesmo a falar nos "cantos de esquina", na Ilha das Flores.

Quando o Sr. Deputado estava a falar nesses cantos, falou numa série de situações que este Governo que tem 7 meses de vida, está a fazer e que os vossos Governos, de alguns dos quais V. Exa. fez parte, se recusaram a fazer e nalgumas situações ainda foi mais grave, ou seja, fizeram exactamente o contrário.

V. Exa. subiu à tribuna para condenar um Governo que está em diálogo com os professores das Flores, em diálogo com os responsáveis pela educação naquela ilha, para resolver problemas sobre os quais os Srs. recusavam-se sempre a responder.

Comecemos por enunciar alguns para sermos muito claros.

1.º - 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar, educação de adultos e educação e ensino especial.

Este Governo já apresentou aos parceiros sociais uma proposta de diploma sobre a matéria. Naturalmente está na fase de negociações com os parceiros sociais.

V. Exa. que foi responsável por essa área durante vários anos, recusou-se sempre a aplicar nesta Região um diploma que vem desde 89.

Com que — eu não queria ofendê-lo, mas vou ter que dizer — descaramento sobe à tribuna para dizer que este Governo fez uma proposta, a qual apresentou aos parceiros sociais e com quem está a negociá-la, não está a cumprir aquilo que prometeu, ou seja, negociar em diálogo?

Não satisfeito com isso, acusou o facto deste Governo pretender, e bem, renovar toda a forma de gestão deste sector de ensino — não nomeando, como V. Exa. fez e os vossos Governos também — indigitando uma delegada escolar para tomar conta de 7 professores que só faz exclusivamente o serviço de carteiro, porque os srs. professores vão levar as cartinhas que são para enviar para a Direcção Escolar da Horta e vão buscar as que vinham desta Direcção Escolar, e V. Exa., concretamente, Aurélio da Fonseca, há 4 anos atrás até nomeou essa senhora, porque o Sr. então candidato a Presidente da Câmara das Lajes estava horrorizado "porque se ia dar cabo de um serviço nas Flores"?!

Perante isto, V. Exa. sem diálogo, sem conversar com ninguém, sem atender inclusivamente àquilo que as forças vivas também lhe diziam, nomeou essa senhora.

A pergunta é muito clara:

Em 7 meses este Governo teve a coragem de fazer aquilo que V. Exa. e os seus Governos não fizeram em 20 anos e **em diálogo**.

Está ou não este Governo a cumprir com os compromissos assumidos, com as promessas feitas e com as suas responsabilidades?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu já disse nesta Câmara que não enjeito nada do passado. O passado é passado. Os Srs. é que vieram para fazer melhor e é vossa obrigação.

Deputado Francisco Sousa (PS): E estamos a fazer melhor!

O Orador: Quando se fala de **diálogo**, não me pesa nada a consciência em relação a essa matéria.

Sempre tomei posições em diálogo com as forças intervenientes no processo.

Nomeei a Sra. Delegada em questão como nomeei tantas outras. Não havia razão para discriminação, uma vez que o sistema em causa era para se manter e não fazia sentido acabar num lado e manter noutro.

Falta de coragem para assumir as posições é mal de que nunca sofri.

Eu falei em falta de diálogo.

O que é grave é quando o presidente do conselho directivo, atempadamente, manda um ofício ao Sr. Secretário Regional disponibilizando-se para trocar impressões antes do diploma ter sido concebido, não ter obtido uma resposta e receber o diploma que depois vai ser discutido, falta de diálogo é passar por cima das pessoas, é fazer aquilo que eu, de facto, nunca tive coragem de fazer, ou seja, uma afronta. É nomear uma delegada escolar por força de controlo políticos, a seguir desnomeá-la e depois voltar a nomeá-la. Isto é encostar o conselho directivo à parede, é desautorizá-lo, é o demitir-se em bloco e depois pedir pelo amor de Deus que voltem outra vez a ocupar o seu cargo!

É insultar as pessoas fazendo-as esperar tempos sem fim para serem recebidas e depois não as receber, porque se está em reunião, ou se está ali ou acolá. Isto é que é

falta de diálogo e falta de respeito!

Mais:

Na minha opinião, o problema de fundo não é tanto a falta de diálogo e a falta de respeito, mas sim um problema estrutural; é falta de espírito de cristão e nalguns casos raia a falta de educação.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Cunha (PSD): 7 meses para fazer isto tudo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Diálogo é aquilo que se fez nas Flores.

Diálogo, foi mandar a proposta para as escolas, para os professores, para as estruturas sindicais, reunir como reuniram os professores das Flores já por 3 vezes e a diversos níveis com os responsáveis dos serviços, com as Sras. delegadas escolares, já fizeram as suas reuniões sindicais, deram o seu parecer e não estando de acordo com a posição da Secretaria, a mesma assumiu publicamente que estava a rever o processo, ia preparar legislação e ia fazer diplomas novos.

Isto é que é diálogo!

Deputado João Cunha (PSD): Mas não passam daí!

O Orador: É fazer uma proposta, apresentá-la, discuti-la e consoante o resultado do diálogo, tomam-se novas decisões e fazem-se novas propostas. Isto é que é diálogo e isto é que é negociação!

Não é falta de ser cristão, porque falta de ser cristão, às vezes, é quando se fazem algumas coisas batendo no peito e — como diria o meu avô — contestando por trás.

Antes de continuar a dizer ainda mais algumas coisas que o Sr. não sabe o que é, pergunto: o Sr. algum dia ouviu alguém (os Srs. do PSD) para nomear um delegado escolar?

O Sr. já se esqueceu que fez um diploma nesta Região para arranjar um lugar para um Director Escolar, cujo diploma obedecia a regras que em Portugal inteiro só havia uma pessoa que obedecia a essas regras e que se chamava David Pinheiro!

O Sr. fez esse diploma e publicou em jornal oficial.

Fez um diploma em que só há um português que obedece àquelas regras. E vem para aqui falar em diálogo?! Em honestidade?! Em cristandade?!

Está a brincar comigo ou está a falar a sério, Sr. Deputado?!

O Sr. fez coisas que devia ter vergonha e nunca devia falar em Jesus Cristo, porque Jesus Cristo deve ter-se esquecido de si muitos dias, porque senão talvez lhe tivesse dado mais alguma luz!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo, acreditando na boa fé e sem pôr em causa, ao fim e ao cabo, nenhum dos princípios do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, que o grande problema dele é estar mal informado.

Realmente não é com "conversas de café", nem com os "filhos de comadres", que se resolvem as coisas ou se faz política séria.

Aquilo que o Sr. Deputado está aqui a falar como sendo um diploma se calhar já publicado, trata-se tão somente de um anteprojecto de decreto regulamentar regional para criação de escolas integradas e o processo das Flores é igual ao processo da Graciosa, dos Biscoitos na Terceira, de Santa Maria, ou de todas as outras áreas escolares desta Região que têm menos de 7500 alunos.

O que acontece, é que esse documento foi — como já aqui foi dito e é bom frisar novamente — enviado às delegações escolares, que são duas, e foi enviado ao Conselho Directivo da Escola Preparatória.

O Presidente do Conselho Directivo deslocou-se à Terceira aos serviços da Secretaria para ter uma reunião que abordava esse assunto.

Toda esta questão tem sido discutida.

O que nós não vamos discutir é a reforma que se pretende fazer e o que as pessoas porventura queriam — e para isso aproveitaram alguns "Velhos do Restelo" para tentar desestabilizar — era que o processo não avançasse, ou seja, era mudar alguma coisa para que tudo ficasse na mesma. Isso nós não vamos fazer.

A propósito de diálogo e de ouvir os outros, eu gostava de saber se quando se fechou a escola da Caveira sem ter em conta a especificidade de uma ilha como as Flores, porque ela não tinha 10 alunos e havia uma lei nacional que dizia que todas as escolas que não tivessem 10 alunos eram para fechar, ouviu-se alguém?

Atendeu-se ao problema da alimentação das crianças, da sua deslocação, do levantar cedo e todas essas coisas?

Eu julgo que a resposta é não.

O que aconteceu na Caveira, aconteceu na Ponta Ruiva, na Costa do Lajedo e aconteceu na Fajãzinha e nessa altura os "profetas" do diálogo e os bem intencionados cristãos, entraram mudos e saíram calados.

Muito obrigado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O problema da falta de diálogo, Sr. Deputado Francisco Sousa, é talvez o não ter presente ou não querer trazer para aqui aquilo que é a posição dos associados do sindicato das Flores.

Eu julgo que não é preciso ler aqui qual a posição desses associados.

Esse diálogo que o Sr. disse que foi feito, é logo demonstrado no 1.º parágrafo onde se diz que "em primeiro lugar foi demonstrado o desacordo face à forma como foi elaborado o documento achando por bem que o modelo de gestão integrada devia ser estudado, elaborado e comunicado para que se pudesse reflectir, discutir e opinar".

Isto é o que pensam os associados.

Deputado Francisco Sousa (PS): É uma proposta!

O Orador: É uma proposta!

(Risos da Câmara)

Nem em período experimental aceitaremos que o representante no Conselho Directivo dos Professores do 1.º ciclo e educadores de infância seja proposto à Exa. Directora Regional da Educação.

Pegue na opinião da Sra. Delegada e na dos colegas do 1.º ciclo e educadores de infância e verá. Isto não é o resultado de conversas de esquina. É o resultado de reuniões formais com pais, encarregados de educação, com professores e responsáveis.

Nós também ouvimos as pessoas, conversámos com elas antes de irmos à missa e depois de sairmos da missa e debatemos os problemas em todos os locais, porque estamos 24 horas ao serviço. Portanto, não retiro absolutamente nada do que disse.

O Sr. sabe muito bem que quando me atacava nesta Casa quando algum documento eventualmente não era analisado ou discutido nestes moldes, e não enjeito nada do passado, mas aconteceu que por vezes por força de prazo não houve o tempo necessário para os Srs. se pronunciarem sobre eles, e o que é que vinha para aqui dizer?! Eu lembro-me perfeitamente.

O que eu contesto é que agora se volte a fazer o mesmo ou pior, ou seja, mandar o documento sem ao menos discutir, sem falar com ninguém. Manda-se quando as pessoas se disponibilizam para falar.

Sr. Deputado Herberto Rosa:

Em relação aos casos que frisou, na altura esgotaram-se todas as possibilidades, falou-se com toda a gente e elaboraram-se as soluções melhores com os meios disponíveis e não me repugna em consciência face ao melindre da situação, ou seja, os miúdos que naquela faixa etária terem que mudar de escola, irem para uma escola maior.

Os resultados e as vantagens pedagógicas de uma tomada de posição dessas e a falta de enquadramento legal que na altura não permitia de forma alguma ter outra solução, levam-me a continuar a dizer que a posição assumida foi a posição correcta.

Com certeza não foi muito grata e eu na altura também senti o problema que os pais sentiram, mas era a solução legal, possível, viável e mais de acordo com os interesses pedagógicos e didácticos dos alunos, ou seja, poderiam escolher o professor que ia trabalhar com eles e não sobrecarregar demasiado um professor, ou dois, que estivessem na escola com todas as exigências que hoje se colocam a um professor que está no 1.º ciclo do básico. Tivemos sempre que jogar com essas valências e essas vertentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

A diferença é exactamente essa, ou seja, V. Exa. está a falar de um documento e eu estou a falar-lhe de uma proposta. A grande diferença é esta.

Este Governo faz propostas, apresenta-as, as pessoas discutem, debatem e depois é que decide e isso ainda não está decidido porque entretanto já se fizeram novas propostas. O Sr. está a falar como se aquilo estivesse acabado.

No tempo do PSD é que já estava acabado há muito tempo.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os professores teriam conhecido a primeira proposta, mas para a conhecerem teriam que reivindicar para que ela aparecesse.

Agora a diferença é outra: ela foi feita, foi enviada e todos se pronunciaram e aquilo que o Sr. tem na sua mão é apenas o despacho que foi dado agora e que os Srs. nunca deram antes, para que as pessoas com toda a abertura, com toda a clareza, dissessem o que pensavam.

É por isso que a Sra. Delegada Escolar pôde falar à vontade, tal como os Srs. professores e os sindicatos. E este Governo ainda não fez aquilo que já tinha sido feito no seu tempo, ou seja, já teria sido publicado no Jornal Oficial o tal documento. Ainda não está publicado Sr. Deputado, mas vai ser quando chegar à hora do consenso.

Esta é que é a grande diferença e que os Srs. nunca entenderam, por isso fizeram diplomas e publicaram-nos em Jornal Oficial, nos quais só encaixava uma pessoa.

Os Srs. sabiam que se perguntassem a opinião das pessoas sobre um documento desses, havia guerras tremendas.

Nós vamos apresentar as propostas, sabemos que vai haver luta, guerra e oposições e o Governo há-de agir consoante o que os parceiros sociais e os próprios interessados disserem.

É por isso que ainda não se tomou posição e que o Sr. não viu ainda em Jornal Oficial o diploma publicado. É por isso que se tem feito uma reestruturação e é por isso que já há duas propostas sobre o mesmo assunto. Esta é que é a grande diferença.

O diálogo e a negociação é para conduzir a algo que foi sempre muito complicado para o PSD perceber e sobretudo o seu ex-presidente. Esse é que tinha muita dificuldade em saber qual o significado das palavras **diálogo** e **negociação**.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A diferença Sr. Deputado Francisco Sousa, é que primeiro havia diálogo e haviam sempre pessoas responsáveis à altura, disponíveis para fazer o que era preciso e para atender as pessoas.

A diferença é que antigamente não haviam directores regionais que chegam a estar um ou dois dias por mês na direcção regional. Essa é que é a diferença.

Deputado Francisco Sousa (PS): Pois estão a fazer diálogo. A diferença é essa!

O Orador: A diferença é que não haviam directores regionais com problemas de orientação de mestrados e de provas de agregação que passam duas semanas fora, vêm fazer umas visitas à Região pelo meio, andam de um lado para o outro a tentar estabelecer contactos, estando um ou dois dias na direcção regional e as pessoas tentam falar com ele e não conseguem. Isto foi denunciado em cerimónias públicas de lançamentos de livros etc., etc..

A grande diferença é que nós nunca insultámos as pessoas como alguns dos vossos responsáveis insultam.

Nós nunca chamámos "macaquinhos vestidos de gente" a pais e mães de família que nos mostram o melhor do nosso folclore e das nossas tradições. O que os turistas gostam de ver são as nossas modas regionais.

Insultam-se os escritores dizendo-se que escrevem uns para os outros em vez de escreverem para fora.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Esqueceu-se de um Director Regional que era "Conde"?

A memória é curta!

O Orador: E diz-se depois, que a passagem não vai ser esquecida.

Não, não vai!

Ninguém vai esquecer estes insultos e a forma como as pessoas são maltratadas!

Ninguém vai esquecer o tratamento que os Srs. têm dado a alguns assessores de quadro de serviço que a sua única culpa, além de terem optado por vir para a Região e terem dado o seu melhor e continuam a dar, a serem postos em corredores, a serem

ameaçados com processos disciplinares por consultarem bases de dados sob pena de estarem a piratear informação.

Deputado Norberto Messias (PS): Desde que devidamente justificados, são sempre bem vindos!

O Orador: Essa é que é a tal falta de espírito cristão, de caridade, de bom senso que muitos dos Srs. não têm!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eu não sei se se deve falar no caso São Sebastião. Não, é melhor não!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Eu pedi para não entrar por esse caminho, se não eu vou ter que lhe lembrar que o Sr. teve uma directora regional de orientação pedagógica que fez uma licenciatura... bem, é melhor sentar-me, porque eu disse que não queria entrar por esse caminho.

Eu conheço muito bem o caso Sr. Deputado!

Deputado António Meneses (PSD): Se conhece, então denuncie aqui!

Presidente: Parece que não vamos entrar mesmos!

(Risos da Câmara)

Vamos voltar às inscrições para as intervenções de Interesse Político Relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É por todos falado e apregoadado o divórcio actualmente existente entre a Juventude e a Política.

Com efeito, aquilo a que hoje em dia se assiste traduz-se num desinteresse puro e simples por tudo quanto tenha a ver com governo, deputados, políticas ou, numa perspectiva mais geral, Política.

A continuação desse fenómeno ao mesmo ritmo que até aqui se tem verificado é algo que não pode deixar de ser considerado motivo de preocupação, comprometendo mesmo, a longo prazo, a própria razão de ser de aqui estarmos.

O raciocínio é tão só o de pensarmos que, se o desinteresse se mantém por mais tempo, a legitimidade que todos temos, e que é a do voto, cada vez se tornará mais rarefeita, resultado evidente da abstenção que, por sua vez, constitui o fruto do desinteresse de que ainda há pouco falávamos.

Porém, não deixa de ser curioso que até na própria leitura que alguns fazem desta situação, se enveredar por um entendimento também ele indiciador duma visão deformada do problema.

Ouve-se muitas vezes dizer que é necessário trazer os jovens para a política.

Em meu entender, e salvo melhor opinião, este constitui um erro crasso, pois radica desde logo numa ideia de que tudo na política está bem e que, portanto, o desinteresse dos jovens é algo que é um problema deles.

Ora, isto não é verdade !

O que faz falta, como dizia Zeca Afonso, é animar a malta.

E animar a malta passa por um trabalho de todos os actores políticos no sentido de demonstrarem que a Política, para além do seu lado mais, diríamos que mundano, tem também um lado nobre de discussão, participação, intervenção.

Os actores políticos de que vamos falar agora são essencialmente dois: o Governo Regional e a própria Assembleia Regional.

Quanto ao Governo Regional, a sua actuação centrar-se-á mais ao nível de demonstrar que a juventude tem importância social, tem anseios, problemas e aspirações, que tem, em suma, dignidade para que a actuação governativa que sobre ela ver-se, possa contar com o seu contributo e com a sua opinião.

Este tratamento dos problemas da Juventude consegue-se em parte, mas somente em parte, com aquilo a que se convencionou chamar política de Juventude.

Mas mesmo na abordagem desta política em concreto, não podemos ignorar o objectivo último pretendido, e este é, precisamente, uma maior atenção, um maior respeito pela Juventude.

Digo isto porque muitas das vezes existem partidos políticos, e até organizações políticas de juventude que enveredam por uma análise da chamada política de Juventude que se traduz no seu amesquinamento.

Tal acontece quando há a preocupação, em sede de política de Juventude, em apenas analisá-la por factos como haver mais um concerto de rock ou menos um concerto de rock; mais uma pousada de juventude ou menos uma pousada de juventude; se uma direcção regional tem na sua placa apenas a Juventude ou se abrange outras áreas; se o Director Regional está já nomeado ou se está apenas indigitado.

Enfim, tudo isto constitui em nosso entender, parte do problema, mas reduzir a análise duma política de Juventude apenas a estes aspectos, é ter uma visão redutora de toda a abrangência e importância da mesma.

Por outro lado, e ainda em relação à política de Juventude, talvez tão importante como as medidas materiais da sua concretização, seja a forma como um governo, ao pôr em prática tais medidas, se relaciona com a Juventude.

Com efeito, que me interessa a mim, jovem, ter um governo que me constrói uma pousada de Juventude mas que não resiste à tentação de tentar controlar financeiramente as associações juvenis?

Que me interessa a mim, jovem, um governo que até promove um concerto de rock, mas que é incapaz de ter uma postura sem preconceitos em relação a questões como a educação sexual, a toxicoddependência ou a delinquência juvenil?

A resposta é simples:

Enquanto aplicador duma política de juventude, não me serve de nada.

É precisamente para que situações como estas, e que infelizmente já se verificaram no passado, não se verifiquem agora, que temos de estar vigilantes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A matéria consagrada em sede do Programa de Governo, do VII Governo Regional em termos de medidas concretas, permite uma visão optimista do que é a política de juventude deste Governo sob este aspecto.

Contudo, e conforme já referi, não podemos ficar apenas por aqui .

Também é muito importante aquilo que se passará ao nível da actuação governativa, da forma concreta com que o Governo vai lidar com os jovens e com as suas organizações.

Até agora, o Governo do Partido Socialista tem dado mostras dum comportamento que, pelo menos, não reincide nos erros cometidos no passado.

Mas é necessário que esta postura se mantenha e que vá mesmo mais além.

O Governo não pode nem deve ceder à tentação de se intrometer no associativismo juvenil.

Verdade seja dita, nesta matéria é de saudar a iniciativa deste Governo de regular, através de Decreto Legislativo Regional, a atribuição de subsídios a associações juvenis.

O Governo não pode nem deve enveredar, como durante muito tempo aconteceu, por uma postura no relacionamento com a Juventude que seja uma derivação do princípio "pão e circo". Ou seja, a promoção de concertos ou de outras iniciativas do género como forma de amordaçar consciências.

O Governo não pode nem deve permitir-se ter uma postura autista em relação à necessidade que a juventude açoriana tem de fazer ouvir-se.

Até aqui, até esta data, tudo tem decorrido numa forma satisfatória. Mas sendo a legislatura de 4 anos, faço votos de que esta postura se mantenha sempre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se em relação ao Governo Regional a tónica deve ser posta na prática numa verdadeira Política de Juventude, já no que diz respeito à Assembleia o objectivo primeiro deverá ser, eu meu entender, a luta por uma Juventude Política.

Desde já se esclareça, que esta afirmação não se realiza com a existência de Juventudes partidárias.

Então, em que consiste esta ideia numa Juventude Política ?

Em primeiro lugar, na constatação da imperiosa necessidade de haver uma maior participação política dos jovens.

Uma participação que permita, desde logo, uma mais forte ligação entre a actuação política e aqueles que são os anseios, aspirações e necessidades dos jovens.

Em segundo lugar, a consciência de que essa participação política não pode nem deve resumir-se apenas às juventudes político-partidárias nem muito menos ao simples acto de votar.

Em terceiro lugar, possuir o engenho e a arte de chamar a Juventude a uma participação política activa, válida e eficaz.

Mas não só através da chamada dos jovens à participação política se poderá trabalhar para que esta corresponda cada vez mais ao que eles esperam dela.

Também demonstrando que é através dela que se poderá debater e discutir todos os assuntos que afectam a nossa vivência, demonstraremos que a participação e a intervenção política têm sentido, produzem efeitos, podem mudar a realidade.

Não podemos permitir, por exemplo, que assuntos que estiveram, estão, e certamente virão a estar em debate a nível nacional, passem em claro sem uma palavra da nossa parte.

Certamente que alguns poderão dizer-me que há matérias em relação às quais a Região não tem competência para se pronunciar sobre elas e que, portanto, não valerá a pena discuti-las.

Perdoar-me-ão aqueles que assim pensam, mas esta constitui apenas uma forma de encobrir ou a falta de coragem ou a falta de ideias para abordagem desses problemas.

Por exemplo, quem é capaz de afirmar que o aborto clandestino não é uma realidade nos Açores?

Quem tem a coragem de afirmar, e especialmente depois dos testemunhos que ontem ouvimos no Plenário extraordinário, que os Açores não têm trabalho infantil?

Quem nega a existência, neste arquipélago de brandos costumes, de fenómenos como a prostituição?

E não se avance com a argumentação tão frequente nestes casos de que estes problemas existem mas os seus números não são significativos.

Enfim, tudo isto são questões algo incómodas que muitas das vezes não temos, sim, não temos, pois também falo por mim, a coragem de assumir contra um interesse eleitoralista de curto/médio prazo.

Salvo melhor opinião, passa também por aqui o fazer-se ver aos jovens a utilidade duma participação política activa em que estes, ou quaisquer outros problemas são

abordados e discutidos tendo em vista o seu maior e melhor conhecimento ao nível prático.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não tenho soluções acabadas para este desinteresse dos jovens em relação à política e, sinceramente, não me parece que alguém tenha.

Contudo, o que me parece lícito e possível fazer é tão somente sugerir que este é um problema que merece e deve ser analisado buscando-se uma solução que minimize os seus efeitos.

Por outro lado, a alteração dessa situação para melhor, deve ser vista como uma tarefa de todos:

Jovens e menos jovens; partidos políticos e sociedade em geral; organizações políticas de Juventude e associações juvenis sem carácter político.

A isto aconselha a lógica do nosso sistema político.

A isto obriga o facto de vivermos em sociedade e desta só se manter enquanto houver participação cívica.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Apenas para pedir um pequeno esclarecimento.

Onde é que estavam os Jovens Socialista quando a JSD defendeu, durante anos, a política de juventude, quando houve participação, preocupação, intervenção?

Porquê só agora, com o PS no Governo, tanta agitação e preocupação?

Porquê só agora, como disse o ex-líder da JS, "esta estrutura está mais apetecível"?

A JSD existiu no passado, existe no presente e não depende só de cenários de poder.

Obrigado.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Ana Carolina:

O argumento também pode ser utilizado ao contrário.

Onde está — não é onde estava — a Juventude Social Democrata quando se discutiu o Plano e Orçamento que materializa a política de juventude deste Governo?

Onde está a Juventude Social Democrata quando se discutiu o Programa do Governo?

Além disso...

Deputado João Cunha (PSD): Ainda há mais?!

O Orador: ... eu não coloco a questão para saber onde está uma ou outra.

É um facto, e a minha intervenção versou sobre isso, e é importante a participação política dos jovens.

Se é na Juventude Social Democrata, se é na Juventude Socialista, de preferência que seja na Juventude Socialista.

No entanto, o que é importante é participarem numa, noutra, não importa. O que é importante é participarem.

Deputado Manuel Brasil (PSD): É agitar a malta!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à participação dos jovens, estamos conversados.

Na minha opinião, os jovens devem participar independentemente da organização política de juventude e da associação "participação dos jovens, precisa-se". Muito bem!

Quanto à participação da JSD no Plano e Orçamento, basta ouvir as intervenções do Deputado Duarte Freitas e a minha, basta ver a Conferência de Imprensa que a JSD deu no dia em foi votado o Plano e Orçamento e é ver a contínua acção da JSD, nomeadamente numa Conferência de Imprensa ontem sobre a política de habitação.

A presença é constante, os factos estão aí.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Também é jovem?!

Deputado António Meneses (PSD): Já fui.

Presidente: Não é jovem mas participa.

Deputado António Meneses (PSD): O que interessa é ser jovem de espírito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sem fazer grandes considerações sobre a teoria da divisão do poder, e sem enunciar as reconhecidas virtudes do poder fiscalizador legislativo sobre o poder executivo, relembro que nos termos da alínea q), do artigo 33.º, do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, compete à Assembleia Legislativa Regional "vigiar o cumprimento do Estatuto e das Leis e apreciar os actos do Governo e da Administração Regional."

Essa vigilância faz-se de várias formas sendo uma delas e talvez a mais comum, a faculdade e poder que é atribuído aos deputados de "requerem e obterem do Governo Regional ou dos órgãos de qualquer entidade pública regional, os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato" — n.º 1, alínea d), do artigo 20.º do referido Estatuto.

Em suma:

É através do requerimento que os deputados desta Assembleia, como órgão de Governo da Região, exercem de forma mais frequente a sua competência de questionar e colher informações do Governo Regional.

Se o Governo não responde ou responde fora de tempo, fica prejudicada essa função fiscalizadora e de acompanhamento do Governo Regional por parte da Assembleia Legislativa Regional.

É por isso fundamental que o nosso sistema de Governo e o respeito que merece o mais importante órgão de Governo da Região, a Assembleia Legislativa Regional, não venha a ser desvirtuado por procedimentos dilatatórios ou menos correctos do Governo Regional que tem, efectivamente, na sua mão a faculdade de responder ou não, com maior ou menor celeridade, aos requerimentos dos Srs. Deputados.

Mas em democracia exige-se que os vários órgãos democráticos se respeitem mutuamente e, neste caso, exige por maioria de razão que o Governo respeite esta Assembleia e os seus Deputados.

Não se pode ter um discurso na oposição e um comportamento diferente quando se está no poder.

O Partido Socialista, durante anos, debateu-se pelo prestígio e respeito da Assembleia Legislativa Regional. Houve altura em que criticou fortemente os Governos do PSD por demorarem em dar resposta a alguns requerimentos e, porventura, poderá ter tido nalguns casos razão.

Agora, que o PS é Governo, por todas as razões e mais alguma, exige-se que o Governo PS seja coerente com o que afirmou e defendeu durante anos e responda de forma satisfatória e com rapidez aos requerimentos que lhe sejam dirigidos pelos Srs. Deputados.

Não conheço aquilo que se passa com as outras bancadas. Mas no que diz respeito ao PSD, direi que **estamos muito insatisfeitos** pela forma como este Governo tem encarado os requerimentos dos nossos deputados.

Os Deputados do PSD, desde o início desta Legislatura, fizeram mais de 40 requerimentos. Destes, só 8 é que tiveram resposta em plenário e alguns desses requerimentos são de Dezembro do ano passado ou de Janeiro deste ano, isto é, aguardaram resposta do Governo durante 7 e 8 meses.

Mas, **atenção**, mesmo as poucas respostas deste Governo, são muito criticáveis e demonstram desnorte ou incompetência e direi apenas 3 ou 4 exemplos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Já não existe Governo!

O Orador: Primeiro exemplo: Os Deputados Manuel Azevedo e Duarte Freitas, fizeram um requerimento sobre as estradas regionais do Pico.

A resposta não foi dada pelo Governo (nem pelo Presidente, nem pelo Secretário Regional), foi dada directamente aos deputados pelo Delegado das Obras Públicas do Pico.

Segundo exemplo (lido ontem por esta Mesa): Os mesmos Deputados, Manuel Azevedo e Duarte Freitas, questionam o Governo sobre a orla marítima do Pico. A resposta vem da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos dizendo que a competência era de outra Secretaria (está dada a resposta!).

Terceiro exemplo: Os Deputados Joaquim Ponte, Aurélio da Fonseca, Jorge Valadão e eu próprio, questionámos o Governo sobre o processo da construção da Marina de Angra do Heroísmo a 18 de Fevereiro.

A resposta é de 5 de Junho, remete um ofício da Secretaria Geral que, por sua vez, remete o ofício da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, e que diz que aquele assunto é da competência da Secretaria Regional da Economia (está dada a resposta!).

Quarto exemplo: Ontem, o Sr. Deputado José Monjardino na sua intervenção deu conta que tinha feito um requerimento ao Governo sobre os terrenos da Calheta, demonstrou que tinha recebido resposta do Governo e que tinha conhecimento do parecer jurídico que o Governo solicitou a um jurista sobre a mesma questão.

Eu, António Meneses, em 9 de Abril fiz um requerimento sobre a mesma questão ao Governo, e até agora não tive resposta.

Aqui está o tratamento que o Governo dá, de forma igual, a todos os Deputados desta Assembleia.

Deputado Mark Marques (PSD): Isto é que é transparência e diálogo?!

O Orador: Francamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Os deputados que questionaram o Governo sobre as matérias que consideram relevantes e querem uma resposta habilitada por quem a deve emitir e em tempo útil, constataam que em vez de respostas parece que a própria Secretaria Regional da Presidência que deveria recolher a proposta e enviá-la a esta Assembleia, desconhece as competências das várias Secretarias Regionais e elas são apenas 5. Dirige mal os requerimentos desta Assembleia e não satisfeita com estas insuficiências, dá disso público conhecimento com o envio de ofícios.

Em resumo e para terminar Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O correcto funcionamento das nossas instituições democráticas e o respeito devido a esta Assembleia e aos Srs. Deputados, obriga a que se reveja com urgência a forma como o Governo Regional tem encarado os requerimentos e é urgente que todos os requerimentos sejam respondidos e de forma completa e em tempo útil, e que o Governo internamente defina, como lhe compete, os circuitos necessários para que a resposta seja dada por quem de direito.

Com o intuito de colaborarmos no reforço do prestígio do papel desta Assembleia e dos Srs. Deputados, o PSD irá propor em tempo oportuno, para além de várias outras alterações, que no próximo Regimento desta Assembleia, se estabeleça um prazo máximo para que o Governo responda aos requerimentos dos Srs. Deputados.

Consideramos que um mês é um prazo mais que razoável para a maioria das questões e dos casos.

Se porventura o Governo não tiver os elementos todos nessa altura, informa esta Assembleia, mas responde, não mete na gaveta qualquer carta e por maioria de razão, qualquer requerimento que por mais complexo e difícil que seja, merece resposta.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD):

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na parte que eu consegui ouvir da intervenção do Sr. Deputado António Meneses respeitante às práticas de resposta a requerimentos desta Casa, posso dizer a V. Exa. que todos os requerimentos vão ter a devida resposta em tempo oportuno.

Também posso-lhe dizer que, no que respeita a prazos, se eu tivesse que cumprir o prazo que aqui veio dizer, ou seja, de um mês, provavelmente ainda estaria a responder ao requerimento do meu companheiro de Partido, Deputado Francisco Oliveira, sobre os temporais que assolaram a nossa Região (o Tânia e outros) que eu fui encontrar na Secretaria e que não teve a devida resposta, ou outros que eu fiz na anterior Legislatura e que ainda ninguém me respondeu.

Fica muito bem a esse lado e, sobretudo a uma pessoa que já esteve a desempenhar um cargo no Governo, conhecendo as práticas do anterior executivo, vir agora armar-se nesta Casa — desculpe o plebeísmo — em santo.

De facto, neste momento não existem atrasos significativos e nalguns casos o Sr. sabe muito bem que em determinados requerimentos, a informação tem que ser pedida aos respectivos serviços e que esse processo demora algum tempo.

No entanto, neste Governo não há uma atitude de obstrução como que eu já me deparei na Legislatura anterior por parte da anterior administração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podíamos deixar de intervir por várias razões, sendo uma delas para reconhecer a pertinência e os fundamentos da questão apresentada pelo Deputado António Meneses.

Na minha opinião, a forma e os exemplos aqui apresentados e descritos falam por si. Sinceramente e com o devido respeito, parece-nos que o esclarecimento que aqui foi dado pelo Sr. Secretário Regional, na forma como o refere, por um lado não teve presente alguns dos fundamentos apresentados pelo Deputado António Meneses e por outro lado, a sistemática alegação de que em matérias onde a actual administração está a actuar menos bem, ou mal como é o caso das respostas a requerimentos, vir alegar que a anterior administração do PSD no passado fazia o mesmo, vai-nos cansando.

Nós estamos desgraçados se passarmos 4 anos desta forma.

Para nós, Partido Popular, é óptimo, porque isto só prova que o povo vai perceber que só dando ao Partido Popular aquilo que ele acha que merece, é que vamos endireitar esta Região.

(Risos da Câmara)

Porque essa leitura já está sendo feita por todos os que estão aqui e os que estão aí fora.

O anterior era mauzinho e este vai pelo mesmo caminho.

Deputado Mark Marques (PSD): É pior!

O Orador: Nuns casos pior, noutros, os Deputados do PSD também reconhecem que é um pouco melhor. Portanto, estamos entendidos.

Quanto à circunstância do Sr. Deputado ter referido na sua intervenção que o Governo respondeu e bem, de forma exaustiva e correcta, a um requerimento do Deputado José António Monjardino, apresentado em Dezembro nesta Assembleia, e não respondeu ainda a um requerimento que o Deputado António Meneses apresentou com o mesmo conteúdo, 4 meses depois, em Abril, ainda bem que o Governo não respondeu, porque o executivo percebeu que primeiro devia responder ao Deputado José António Monjardino porque já tinha feito o pedido em Dezembro. Se for nessa lógica de respeitar os prazos, só responderá ao Deputado António Meneses daqui a 4 meses. Este é um primeiro princípio.

(Risos da Câmara)

Porém, um segundo princípio que considero também razoável, é que o Governo olhou para um requerimento apresentado pelo Deputado António Meneses quatro meses depois, sobre uma matéria que tinha sido apresentada pelo Deputado José Monjardino 4 meses antes. Provavelmente o Governo pensou que o requerimento do Sr. Deputado do PSD não tinha razão de existir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que eu queria referir nesta Casa, é que o Deputado José António Monjardino teve sorte, porque fez um requerimento que foi objecto de uma boa resposta, não só pela quantidade mas tendo em conta o conteúdo da matéria, ...

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Sr. Presidente, eu não tive sorte, porque também já apresentei requerimentos requerendo informação através de V. Exa. ao Governo Regional e, como o Governo provavelmente é que decide mandar para uma secretaria que não aquela que deve responder, responde-me dizendo que eu é que perguntei mal.

(Risos da bancada do PSD)

Agradecendo a bondade do Sr. Presidente, essa matéria foi inclusivamente colocada em sede da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de forma indirecta, e o Sr. Presidente poderá dar esclarecimentos sobre a matéria se assim o entender e achar conveniente.

No entanto, a sensação com que ficámos é de que o Governo em vez de fazer aquele tipo de resposta que de facto não dignifica quem a faz e não serve quem a requer, o Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Presidente do Governo deveria canalizar para a Secretaria competente, admitindo mesmo que da parte dos serviços da Assembleia possa ter havido algum envio menos correcto numa fase inicial, mas não acredito que haja da parte do Governo uma má intenção.

O que se nota, da maneira como as coisas estão a ser respondidas aos Srs. Deputados, é que não há intenção de responder correctamente.

Pela minha parte, logo que tenha tempo, vou reenviar o meu requerimento, porque já tenho um nessas circunstâncias para que o Governo decida internamente qual é o Secretário que me deve responder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É muito frustrante para um Deputado preparar uma intervenção sobre um assunto que acha que é importante, lê-la o melhor que pode e ouvir uma resposta de um membro do Governo no sentido de "aquilo que ouvi da sua intervenção...". Apenas isto.

Não ouviu nem percebeu minimamente os fundamentos, o conteúdo, nem estilo literário de quem falou.

Deputado João Cunha (PSD): Ele estava ao telefone!

O Orador: O estilo literário e a sua apreciação eu dispenso, mas quanto ao conteúdo da minha intervenção agradecia, para não estarmos aqui a falar...

Deputado João Cunha (PSD): Para o boneco!

O Orador: ... sem nenhum efeito prático, que no mínimo respondesse à intervenção com argumentos fundamentados e contestando os que são apresentados.

A minha intervenção foi fundamentada, porque tive o cuidado de pedir dados aos serviços da Assembleia. Estão aqui os 40 requerimentos que o PSD apresentou com

as respectivas datas e como eu disse há vários requerimentos de Dezembro e de Janeiro que não foram respondidos e temos o caso concreto que citei e foi aqui referido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro sobre uma mesma matéria, independentemente da data que os Deputados fizeram o requerimento, se o Governo já tem a resposta para dar ao Partido Popular poderia tê-la enviado também ao Partido Social Democrata.

Efectivamente, o que parece é que nos serviços da Presidência, ou do Chefe de Gabinete ou do Secretário Geral da Presidência não há o mínimo trabalho crítico de recolher as informações que vêm dos departamentos. O que interessa ao Deputado é que venha uma resposta ao requerimento da Secretaria competente e quem tem que descobrir qual é a Secretaria competente e mais habilitada para dar a resposta é o Governo e não os serviços da Assembleia.

Aproveito a oportunidade para dar-lhe a minha experiência pessoal como membro do Governo que fui durante muitos anos.

Quando eu era membro do Governo, tinha o cuidado, Sr. Secretário, de dar instruções ao meu chefe de gabinete para que os requerimentos dos Srs. Deputados fossem assuntos pendentes e periodicamente fazia-se um levantamento na minha secretaria para ver se já se tinha ou não dado resposta aos requerimentos e insistia-se junto dos serviços — também reconhecemos que há uma inércia dos serviços que têm mais coisas para fazer e que muitas vezes não vão responder aos requerimentos dos pobres dos Srs. Deputados — porque é obrigação dos gabinetes e dos Secretários Regionais que são elementos políticos, cuidarem de politicamente conseguirem as informações para fornecer à Assembleia Legislativa Regional. Isso é uma questão de organização interna.

Provavelmente os Srs. ainda não estão preparados, nem saibam isso, mas aceitem esta minha recomendação e conselho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não queria voltar muito atrás, mas gostaria de comentar parte da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

A referência e a comparação entre prazos — que eu fiz aqui para um caso concreto que conheço e que me passou pelas mãos porque tive, durante esta Legislatura, um processo de resposta de requerimentos sobre temporais e fui consultar o dossier e encontrei lá requerimentos que não estavam respondidos. Eu não ando à cata de requerimentos — não é com a intenção de encobrir ou desculpabilizar alguma má prática deste Governo, que poderá existir, mas não é esse o objectivo.

No entanto, tem que se dizer quem avança com determinada proposta, tem moralmente de olhar para o que fez anteriormente. É somente isto. Tem que ter alguma legitimidade para o fazer.

No que respeita à intervenção do Sr. Deputado António Meneses, peço-lhe desculpa por não ter ouvido integralmente a sua intervenção, porque quando a começou eu estava ao telefone e interrompi inclusive para ouvir a parte final.

Quanto aos conselhos que nos deixou, são bem recebidos, porque não temos nenhuma atitude arrogante a este nível e posso-lhe dizer que essa é a prática corrente. A prática de ter os requerimentos como assuntos pendentes é evidente que nós utilizamos. Antes de qualquer plenário faço uma revisão para ver se já foi dada a resposta e se não foi pergunto aos serviços qual o motivo de não terem respondido, mas como muito bem disse, há inércia dos serviços em responderem, porque têm outras coisas mais prementes e na sua ordem de prioridades acabam por achar que dar uma determinada resposta não é o assunto mais premente porque têm tarefas concretas no dia-a-dia.

Essa inércia existe, já existia provavelmente no tempo em que V. Exa. era responsável governamental e vai ter que haver uma atitude pedagógica com os serviços para que eles a pouco e pouco se modifiquem.

Da nossa parte existe uma atitude de abertura e de disponibilização de informação que, na minha opinião, é diferente.

Era apenas isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A matéria que aqui foi trazida, não é a primeira vez que a discutimos, antes pelo contrário, foi tratada muitas vezes quando o PSD era Governo.

Diz o povo, por vezes, que "o feitiço vira-se contra o feiticeiro".

Eu sinto algum prazer em participar neste debate, porque efectivamente aquilo que eu próprio aqui disse e muitos dos que ali estão disseram, agora, por mais estranho que pareça, vem dizer o Sr. ex-Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, um daqueles que muitas vezes nós dissemos exactamente aquilo que ele disse.

Deputado António Menezes (PSD): Eu, enquanto Secretário, respondi sempre aos requerimentos:

O Orador: O Sr. Deputado António Menezes veio aqui dizer que "nós vamos fazer ou vamos propor que no Regimento venha o prazo". Não é necessário, Sr. Deputado, porque na altura em que outros eram oposição fizeram isso.

Se a memória não me falha, porque isto já foi em 88 ou 89, já passaram muitos anos, e dos que participaram nessa Comissão estão apenas aqui eu, o Francisco Sousa e o José Maria Bairos, julgo que fomos os únicos que tivemos nessa Comissão que discutiu isso durante uma semana aqui na Horta.

Tivemos uma semana a analisar este Decreto Legislativo Regional e lembro que houve mais de uma dúzia de propostas e contrapropostas e chegámos, numa noite, ao entendimento de dar o prazo de 30 e 60 dias para respostas a requerimentos, mas isto foi muito forçado e os Srs. Deputados que participaram naturalmente estão a ver a imagem dessa Comissão que reuniu ainda na Assembleia velha, onde este Decreto conseguiu ter o acordo de todos, ou seja, o Decreto Legislativo Regional 8/89/A, que foi publicado.

Este Decreto estabelece prazos, ou seja, 60 dias para o Governo responder e 30 dias para entrega de documentos e era a isto que eu queria chegar.

Todos, porque os Srs. agora também estão neste lado, temos que pressionar o Governo Regional para respeitar aquilo que nós aqui aprovámos há muitos anos.

Eu penso que o Governo Regional tem esse dever e é lamentável nós voltarmos a este assunto, porque se houver um serviço em condições de dar estas respostas, esta

matéria é displicente, porque eu penso que o Governo Regional só tem a ganhar se informar bem os Srs. Deputados.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O facto de ter sido secretário regional e até mesmo ter reconhecido na minha intervenção que algumas das críticas dos deputados da oposição eram fundamentadas pelos atrasos das respostas aos requerimentos, não me retira em mim nada a minha autoridade moral para falar sobre esta matéria, porque se bem me lembro — a não ser que algum dos Srs. Deputados aqui presente o denuncie — não há um único requerimento que me tenha sido dirigido, entre muitos outros que foram feitos, que não tenha tido a devida resposta.

Na minha opinião, o que é fundamental registar, e definir aqui de uma vez por todas, é que as eventuais falhas de actuação dos governos do PSD, não devem ser o álibi para as actuais falhas do Governo do PS.

Se o Partido Socialista apresentou-se ao eleitorado com um programa e com a intenção de mudar, de renovar, de corrigir as deficiências, fica-lhe muito mal que confrontado com as mesmas, venha desculpar com os precedentes do passado.

Eu penso que isso foi um argumento utilizado a nível nacional pelo Primeiro-Ministro Guterres durante um ano e o qual teve algum resultado, mas aqui como o período histórico é mais acelerado do que a nível do Governo da República, durante algum tempo foi utilizado pelo Governo Socialista, mas passados 7 meses está efectivamente esgotado, já não convence ninguém e se realmente o Partido Socialista quer mudar, quer ter uma actuação diferente, deve actuar de forma diferente e não se deve escudar nas eventuais falhas do passado dos Governos do PSD.

O facto de haver anteriores falhas do Governo do PSD não inibe nenhum dos deputados que aqui estão, nem daqueles que foram sempre deputados, nem daqueles que foram membros do Governo, de apontar aqui as deficiências pois estão no seu pleníssimo direito.

Em relação à questão dos prazos, Sr. Deputado Paulo Valadão, fico satisfeito, porque em princípio está de acordo com a proposta que nós vamos fazer e vejo que é muito

zeloso em defender a paternidade das suas propostas. 8 anos em política é muito tempo.

O que nós propomos é uma coisa muito concreta, ou seja, quando se fizer a revisão do Regimento desta Assembleia, estabelecer um prazo mais curto do que aquele que os Srs. há 10 anos apresentaram.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu volto a insistir na matéria, porque o nosso Regimento tem uma resolução que nós aprovámos.

Eu penso que uma resolução em relação a um decreto legislativo regional aprovado é displicente, porque quando temos um decreto legislativo regional que diz que o Governo é obrigado a dar resposta aos requerimentos em 60 dias, julgo que já está legislado.

O que é necessário é nós fazermos força para que o Governo cumpra.

Por outro lado, o Sr. Deputado com certeza sabe que de acordo com aquilo que foi aprovado, V. Exa. e o seu Grupo Parlamentar se não obtiverem resposta ao requerimento que fizeram dentro de 60 dias, podem transformar o requerimento em sessão de perguntas ao Governo.

Se tiverem 30 requerimentos não respondidos podem transformá-los numa interpelação ao Governo versando essas matérias.

Neste momento, o ordenamento jurídico regional já contempla todas essas matérias.

O que é preciso é todos termos vontade política para fazer cumpri-las.

O problema que se põe é haver vontade política da vossa parte para fazer cumprir aquilo que está estatuído, ou seja, fazer perguntas e interpelar o Governo nesta Casa. É isso que está estatuído e é isso que nós conseguimos estatuir há 8 ou 9 anos e é isso que é necessário fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não podia deixar passar esta oportunidade de estarmos aqui a debater questões relativas aos requerimentos sem intervir, porque não sei se temos que introduzir alguma alteração ao nosso Regimento, no sentido de que além dos prazos, as respostas do Governo mereçam a devida atenção e a verdade.

Vou utilizar um requerimento que foi feito pelo Grupo Parlamentar do PSD, a 21 de Fevereiro de 1997, que visava uma Resolução aprovada em Conselho de Governo, a 19 de Fevereiro, sobre a autorização do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, elaborar o protocolo de cedência do Centro de Bovinicultura dos Arrifes com a Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses.

Não vou discutir os prazos, porque a resposta foi também dada 4 meses depois do requerimento ter sido elaborado. Contudo, quero salientar a verdade acima de tudo.

Depois de ter sido tornada pública a Resolução aprovada em Conselho de Governo — todos nós estranhámos e eu pessoalmente porque venho acompanhando esta matéria ao longo de vários anos — e fazendo um contacto com as organizações de produtores da Ilha de São Miguel, designadamente com a UNILEITE, com a Cooperativa do Bom Pastor e com a Associação Agrícola de São Miguel, no sentido de saber se tinham sido consultadas sobre a matéria que visava a Resolução em Conselho de Governo que mereceu resposta e reacção bastante negativa por parte dessas 3 entidades, 4 meses depois, ao tomar conhecimento em resposta do requerimento, a mesma dizia que o Governo tinha dado "cumprimento à expressa obrigatoriedade de audição e salvaguarda dos interesses dos utentes e organizações que recorrem àqueles serviços" — referia-se a resposta ao Centro de Bovinicultura — dizendo que foram consultadas as 3 associações.

Eu não posso aceitar que se enganem essas organizações e 4 meses depois se procure enganar a mim pessoalmente por interesse directo e ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata com uma resposta que não corresponde à verdade.

Não posso de forma alguma aceitar que isto aconteça com essa "transparência". Nós precisamos de transparência, mas não é esse tipo de transparência que nós merecemos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No que se refere à Resolução que foi referida pelo Sr. Deputado António Almeida, a resposta que foi dada ao requerimento corresponde à verdade, porque só poderia ser dada perante a presença de documentos que efectivamente transmitem a opinião dessas organizações. Esses documentos existem.

Se o Sr. Deputado tem outra opinião, ouviu em conversa ou disseram-lhe outras coisas, eu, por mim, só posso funcionar com documentos e tenho-os. Estão na Secretaria.

Antes desta proposta ser apresentada em Conselho de Governo, foram pedidas opiniões e, inclusive, relatórios aos serviços em que foram entregues e que fazem parte do dossier. Portanto, quanto a isso estamos entendidos. A mentira fica do seu lado.

No que respeita ao cumprimento de prazos, Sr. Deputado António Menezes, "Roma e Pavia não se fizeram num só dia".

É evidente que existe uma atitude de preocupação. Eu já fiz requerimentos nesta Casa e esperei meses para obter uma resposta e alguns deles só foram respondidos no ano seguinte.

Não interpretem isto como uma tentativa de desculpabilizar ninguém, eu já o disse nesta Casa e volto a referi-lo, é como um ponto de referência. Essa atitude existe.

Se há uma inércia dos diversos serviços, realmente existe.

Existe o hábito da parte dos diversos serviços, de pôr de lado na lista dos não prioritários as perguntas que lhes são feitas. É preciso andar a insistir, mas esse trabalho está a ser feito.

Porém, que existe uma atitude diferente de facultar informação completa e fidedigna, ela existe.

Se porventura ainda não conseguimos encurtar os prazos para aquilo que está regimentalmente estatuído, pois lá chegaremos e espero que seja em breve.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para dizer que vou solicitar ao Sr. Secretário Regional as informações que aqui acabou de referir.

Na sequência dos contactos que tive logo em seguida à aprovação desta Resolução, eles mereceram a resposta dessas organizações e vamos ver de que lado estará a verdade.

Certamente, segundo o que disse, antes da aprovação desta Resolução haviam sido consultadas essas organizações que forneceram os documentos que aqui referiu. É sobre essa matéria a qual eu solicito ao Sr. Secretário que a apresente.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário Regional, gostaria de prestar um esclarecimento, em relação a uma prática adoptada pelos serviços da Assembleia relacionada com o envio de requerimentos.

Durante algum tempo, usou-se a seguinte prática que tinha a intenção de facilitar, mas provavelmente causou algumas confusões, ou seja, os requerimentos eram todos enviados para a Presidência do Governo, mas com conhecimento de cada um dos Secretários. Esta foi uma ideia inicial que nos pareceu que facilitaria a chegada dos requerimentos às mãos de quem no fim acabaria por responder.

Contudo, essa prática parece que provocou algumas confusões.

Actualmente o que se faz é o envio exclusivo dos requerimentos para a Presidência do Governo e esta por sua vez é que se encarrega de encaminhá-los para os diferentes departamentos.

Essa prática manteve-se durante algum tempo, talvez dois ou três meses, e verificou-se que os resultados eram contrários àqueles que se pretendiam obter, ou seja, se alguns dos officios, não tinham justificação interna, também não parecem ter grande justificação como notificação externa, daquilo se passava a nível dos diferentes departamentos governamentais.

Poderá ter sido isso que provocou esse desfasamento que agora poderá existir ou não, só que neste momento não terá como justificação essa prática que se tinha adoptado.

Em nome da Mesa, era este o esclarecimento que queria prestar em relação a esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer o Sr. Deputado António Almeida.

Eu já tinha dito anteriormente que foram auscultadas as organizações que manifestaram interesse na resolução desse caso.

As organizações que manifestaram interesse foram duas: a organização UNILEITE - e existe um documento na Secretaria que o prova - e a Associação de Jovens Agricultores.

Posteriormente, foram ouvidas informalmente - e não há respostas por escrito, nalguns casos — outras organizações, nomeadamente a do Bom Pastor.

A Associação Agrícola de São Miguel, que o Sr. citou, nunca manifestou interesse, nem manifestou intenção de ser ouvida nesse caso.

Contudo, no relatório que foi pedido aos serviços, foi identificada como estando abrangida por um protocolo específico de utilização desses serviços. No entanto, neste caso não foi ouvida porque não manifestou intenção, sob o ponto de vista formal, de o fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A Resolução sobre a qual estamos a conversar, foi aprovada em 19 de Fevereiro.

A questão que coloquei na sequência do requerimento que nós apresentámos às organizações de produção visadas, foi no sentido de saber se tinham sido consultadas e ouvidas sobre a matéria da Resolução até 19 de Fevereiro.

A resposta que obtive dessas organizações foi de que o Governo deliberou em Conselho de Governo sobre matéria do seu próprio interesse sem ter auscultado as organizações.

O que o Sr. Secretário acaba de dizer é que de facto foi aprovada em Conselho de Governo matéria do interesse dessas três organizações que não mereceu a auscultação por parte da Secretaria Regional.

A resposta do vosso requerimento diz que foram consultadas essas organizações.

Não foram.

Posteriormente, foram ao Conselho do Governo.

Portanto, a Secretaria não respondeu à pergunta do nosso requerimento, tentando iludir-nos com uma consulta anterior à aprovação em Conselho de Governo que era aquela que era visada pelo nosso requerimento.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos perante dois factos que ocorreram.

Ocorreram consultas antes e eu disse quais foram as organizações que foram ouvidas. Houve um mandato, porque esse Conselho de Governo decidiu mandar o Secretário Regional da Agricultura e Pescas para, no âmbito do processo de cedência, proceder à elaboração do protocolo.

Nesse processo é evidente que tinha que ouvir as organizações. Ouvi umas antes e outras depois.

Os dois processos decorreram normalmente.

Eu não sei precisamente quais são os termos, porque não tenho aqui o seu pedido de requerimento. Mas se o Sr. deputado o afirma acredito que explicitou as consultas antes de 19 de Fevereiro. Não sei se está lá escrito.

Se lhe responderam dessa forma provavelmente não prestaram atenção à especificidade de ser antes de 19 de Fevereiro.

No entanto, deram-lhe a resposta global no sentido em que foram ouvidas tanto antes como depois as organizações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A questão que colocávamos era no sentido de saber se essas organizações de produtores tinham sido consultadas, com o intuito de conhecer o seu interesse no usufruto, ou seja, a matéria da proposta de resolução.

A minha conversa de há pouco está de pé, ou seja, de que vou solicitar as informações necessárias à Secretaria Regional.

Presidente: Terminado este assunto, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves para uma intervenção.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Nesta minha intervenção, quero aqui falar de um assunto um pouco diferente daqueles que durante este mandato tenho aqui referido.

Começo por alertar o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais, embora não esteja presente, mas faço questão que este eco chegue junto dele, para que se dê o máximo de apoio a um grande pólo de cultura no Corvo que é a música.

Para falar de música, só o posso fazer dentro do espírito daqueles que gostam de um desporto, e que embora não sabendo praticar a modalidade gostam dela, mas o que é certo é que, uns mais outros menos, todos gostamos de música.

Primeiro, porque é uma língua universal; segundo, porque se adapta a todas as circunstâncias da nossa vida. Quando estamos tensos faz-nos alisar algumas rugas fundas e quando estamos tristes faz-nos vibrar, e muito mais se poderia acrescentar neste capítulo.

Acresce ainda que a aprendizagem de música terá como benefício, também, a ocupação dos tempos livres dos jovens, evitando, assim, que gastem o seu tempo noutras actividades menos adequadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em nome dos corvinos, solicito ao Senhor Secretário da Educação e Assuntos Sociais que as escolas do Corvo sejam dotadas de um professor de música, para que este possa formar jovens com conhecimentos de música, dê apoio à Filarmónica e Rancho Folclórico, que neste momento se encontram inactivos por falta de apoio.

Os corvinos ficam à espera que este Governo se empenhe na colocação deste professor, porque assim se dará passos importantes para que estas instituições não morram. O desaparecimento destas é o perder-se a cultura de um povo e de uma Ilha muito isolada, que a faz diferente e rara, e é muitas vezes na raridade que se encontra a beleza e o valor.

É também nestas instituições de cultura, como Ranchos e Filarmónicas, que muito se aprende e uma das coisas importantes da nossa vida é aprendermos a respeitar os sons uns dos outros, embora com alguns desafios porque somos humanos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Outro assunto que aqui já foi abordado, ou seja, a reparação do caminho de acesso às Lagoas do Caldeirão, embora seja acusado por pequenos grupos, que nem sequer são corvinos, de que este projecto é para a destruição do Caldeirão, afirmo aqui com toda a certeza que é uma grande mentira. O que mais desejo é que se tente recuperar o mais rápido possível as Lagoas porque são o ex- libris do Corvo.

Já dei opiniões que julgo válidas para a sua recuperação, e ninguém que se diz tão querido da natureza fez nada por aquela beleza natural. Mais uma vez os corvinos ficam à espera que o Senhor Secretário da Agricultura e Pescas faça a sua visita àquele local para ver com olhos de ver as opiniões das pessoas que conhecem bem os problemas e não só ouvir pessoas que nunca desceram às Lagoas, só as viram em dias de bom tempo, do alto, e afirmam que assim é que é bonito, desconhecendo que nas Lagoas existe um moinho que deveria ser recuperado para fins turísticos, porque as suas características talvez são únicas na Região, e levar o turismo junto às Lagoas não altera mais a natureza que é vista de cima do Caldeirão pelos turistas.

Por isso, defendo que se repare o caminho que lá existe, para acabar com os sacrifícios daqueles que têm que descer e subir com os seus animais e quando estes adoecem têm de ser transportados às costas. Se algum destes senhores, que são contra a reparação deste caminho, tivessem de passar por este sacrifício de carregar tão grande peso a trincar-lhe os ombros, gritariam aos céus para que se reparasse o mesmo.

Está na hora de acabar com o suplício daqueles que fazem da sua actividade principal a pecuária e também temos que ver que a natureza sem a vida animal é uma natureza morta e é por isso que queremos dar vida e beleza natural ao Caldeirão.

Deputado José Monjardino (PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Greves:

As pessoas que, por exemplo, levaram o Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente a ver a lagoa, foram o Sr. Deputado do PP pelo Corvo bem como o Sr. Deputado do PSD. Foram os dois que me acompanharam lá cima e foram as pessoas que eu ouvi para além de outros lavradores que ouvi aquando da visita do Governo ao Corvo. Foram essas as pessoas com quem contactei e são só essas as informações que tenho.

No que respeita ao convite para a descer, já foi feito quando visitámos o Corvo e nessa altura já disse que o aceitava e quando voltasse ao Corvo desceria a Lagoa. tenho muito gosto em ir acompanhado pelos Srs e por outras pessoas que queiram observá-la.

A disponibilidade já está feita e não é preciso fazer o convite com tanta pompa, mas de qualquer forma agradeço a renovação do mesmo, porque terei muito gosto em ver qual é a situação real.

Também posso dizer que a informação que tenho fornecida pelos dois deputados do Corvo é de que determinadas situações só podem ser observadas no Verão, ou seja, quando o nível da água baixar.

Estas palavras são vossas e só nessa altura é que será possível "in loco" observar o que é que se passa.

Não faria sentido descer à Lagoa, olhar e não ver, porque do ponto de vista da observação do escoamento da água da Caldeira, era impossível observar.

Segundo as suas palavras, em tempos, já se fez uma tentativa de colmatar este esgotamento de água mas isso só foi possível com o nível da água da Lagoa muito em baixo, ou seja, num período seco.

Vamos ter que aguardar pelo tempo. Infelizmente ele não anda tanto depressa como nós desejaríamos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para prestar um esclarecimento depois de ouvida a sua intervenção.

Muitas vezes se não lembrarmos alguns assuntos nesta Casa, os corvinos ficam no esquecimento. Por isso vou repetir várias vezes algumas coisas nesta Assembleia para que realmente elas sejam feitas.

Uma das coisas que frisou e sobre a qual estou de acordo consigo, é que só quando houver um maior vazamento de água na Lagoa, só aí se poderá resolver o problema e aprofundá-lo. Concordo consigo, mas espero que isto não fique no esquecimento e quando se verificar esse tal vazamento, o Sr. Secretário apareça lá para podermos ver aquilo com olhos de ver.

É isso que desejo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante os últimos anos questionei-me, por diversas vezes, sobre se valeria a pena continuar a falar de ambiente e de uma política ambientalista e sobre se valeria a pena continuar a defender nesta Assembleia uma política coerente sobre a defesa das nossas paisagens, dos nossos solos, do nosso meio ambiente.

E isto porque nunca vimos, por parte dos executivos que nos últimos anos governaram esta Região, uma política concertada e ajustada, um propósito sério e um projecto coerente com vista à resolução dos problemas mais prementes que afligem os Açores no domínio da política ambiental.

Durante anos e anos a área ambiental foi uma espécie de filho enjeitado na família da governação, apenas lhe cabendo sempre as sobras, quando não as migalhas que restavam na mesa do orçamento.

Durante anos e anos a área do ambiente andou com competências repartidas por mais de uma Secretaria Regional, o que teve como consequência a descoordenação de actividades no sector e a impossibilidade de concretização de uma política coerente e concertada na gestão do ambiente.

Com a realização da Presidência Aberta Ambiental que se realizou nos Açores no último mandato do então Presidente da República, Dr. Mário Soares, mais

precisamente em 1994, criaram-se expectativas de que algo iria mudar em termos de ambiente, mas afinal essa esperança nova transformou-se em desesperança e foi mais uma desilusão a acrescentar a tantas outras.

Até o próprio Presidente do Governo Regional de então havia prometido mais ou menos na mesma altura que ia "arregaçar as mangas", as palavras são dele, e que ia chamar a si a defesa das lagoas da Ilha de São Miguel, mas também foi outra esperança que se esfumou no tempo.

Foram tão só palavras de boas intenções a que os actos não corresponderam.

A paisagem continuou a ser descaracterizada e agredida, as lagoas continuaram a ser assoreadas umas, eutrofizadas outras.

Tomaram-se medidas avulsas e descoordenadas entre si. Comprou-se a tão apregoada e publicitada ceifeira da lagoa das Sete Cidades, mas a ceifeira limitou-se e limita-se a combater efeitos, esquecendo-se de que o que era necessário era atacar as causas.

A ceifeira vai ceifando as elódias, os lavradores vão continuando a lançar azotos nas terras, as chuvas vão-nos arrastando para a água. Um contínuo círculo vicioso.

Foi mais uma solução marginal, enquanto se foi esquecendo o essencial.

Criaram-se no passado Grupos de Trabalho com a intenção clara de nada fazerem.

Que se saiba o Grupo de Trabalho de Gestão das Lagoas e o Grupo de Trabalho para a Lagoa do Fogo apenas tiveram uma reunião, uma só, a da apresentação.

Como exemplo são demonstrativas as intenções de quem as criou.

Mas chega. Se me alonguei sobre o passado foi apenas e tão só para demonstrar que o ambiente foi sempre e até hoje o "parente pobre" na mesa dos orçamentos desta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente pela primeira vez houve o bom senso de agrupar numa única Secretaria Regional todos os problemas relacionados de longe ou de perto com o ambiente.

Esta solução vem agora permitir uma planificação integrada de todos os problemas do ambiente.

Se no Plano e Orçamento para 1997 e no Plano a Médio Prazo 97-2000, que infelizmente foi rejeitado nesta Assembleia, as verbas não são as desejáveis, pelo menos são as possíveis numa época de "vacas magras".

O que importa acima de tudo é que há agora um propósito e uma intenção firme de procurar resolver os problemas ambientais deste arquipélago e sobretudo da Ilha de São Miguel.

Tal como tem sido afirmado por todas as associações ambientalistas, a resolução de grande parte dos problemas ambientais necessita em primeiro lugar de uma vontade governamental séria e em segundo lugar de um envolvimento também sério da sociedade açoriana.

As verbas orçamentais embora necessárias e essenciais podem, devem e têm de ser complementadas com outras medidas.

A Directora Regional do Ambiente em entrevista recente, salientava algumas dessas outras medidas. Desde logo, a corresponsabilidade de todas as entidades envolvidas em matéria de fiscalização, passando pela intervenção das autarquias locais, e terminando na própria intervenção dos cidadãos. E ainda, a criação de um novo Serviço de Informação e Divulgação que irá permitir ao cidadão ter conhecimento dos seus direitos em matéria ambiental e também dos seus deveres e obrigações, sem esquecer por último os planos de ordenamento do território com recomendações de medidas cautelares para zonas particularmente sensíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas também é preciso que se diga, e para que se não esqueça, que a área do ambiente foi e continua a ser um dos sectores que o Partido Socialista sempre advogou e sempre defendeu, quer dentro desta Assembleia, quer fora dela, especialmente junto de todas as associações ambientalistas.

Recordo até que o actual Presidente do Governo Regional, enquanto deputado nesta Casa, fez do ambiente uma das áreas que sempre privilegiou nas suas intervenções.

Acabaram-se a partir de agora as medidas avulsas e descoordenadas, que muitas vezes colidiam e entravam em conflito umas com as outras, quanto mais não fosse por provirem de Secretarias Regionais diferentes.

Como se afirmava no P.M.P.1997/2000, e cito, "O programa de Qualidade Ambiental visa assegurar os equilíbrios naturais no contexto da política regional, intervindo no âmbito da gestão de recursos, da valorização da qualidade ambiental, do ordenamento do território, e de formação e informação sobre questões ambientais".

Permito-me salientar a tónica colocada nas seguintes áreas: gestão de recursos, qualidade ambiental, ordenamento do território, formação e informação.

E queria ainda destacar uma medida essencial que está já a ser estruturada na nova lei orgânica da Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente.

Refiro-me à reorganização dos serviços com funções fiscalizadoras que se encontravam dispersos por diversas Secretarias Regionais.

A Directora Regional do Ambiente fala mesmo num "novo fôlego" que irá ser imprimido à fiscalização.

É que Guardas Florestais, Guardas Hidráulicos e Guardas da Natureza, que andavam desfasados uns dos outros e de costas uns para os outros, passam a ser um corpo homogéneo de pessoal, que para além das funções específicas de cada um deles, passam a ter competências comuns nas áreas da informação e sobretudo nas áreas da fiscalização em matéria ambiental.

Está aqui um exemplo acabado em como sem acréscimos substanciais de quadros e sem grande aumento de despesas, podemos dizer que o ambiente vai ter finalmente quem exerça uma fiscalização séria e efectiva para a preservação da natureza, que é nossa e que não podemos deixar perder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ambiente não é monopólio de ninguém. É de todos.

Aqui está o papel essencial da Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente com vista à corresponsabilização de todos os açorianos na defesa do ambiente.

O ambiente é, pois, um património de todos nós.

Se o destruímos será difícil e muitas vezes será mesmo impossível reconstruí-lo.

Por isso todos nós temos a obrigação de o defender.

Saibamos todos ser capazes de o fazer. Para bem dos Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Melo:

As Associações Ambientais acham que a política de ambiente do Partido Socialista é "parente pobre" na mesa deste Orçamento.

A Quercus, cujo presidente participou nos Estados Gerais, escreveu inclusive o texto sobre ambiente dos estados gerais, diz que o Plano e Orçamento não é, nem de perto, nem de longe, a tradução do prometido, ao que já estamos habituados.

Por falar em medidas avulsas e descoordenadas, gostaríamos de saber como é que está o problema das Lagoas tão combatido no passado.

Por isso, pergunto ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas como é que estamos em termos de lagoas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O assunto trazido pelo Sr. Deputado Silva Melo é muito importante nesta Região onde, como ele aliás diz, todos nós temos o dever de contribuir para a preservação do ambiente.

Na nossa opinião, temos que distinguir situações diversas e gradativas dentro das diversas ilhas da nossa Região.

O que se passa com a Lagoa das Sete Cidades e, de uma maneira geral, com as outras duas lagoas de São Miguel, são situações diferentes daquilo que por exemplo se passa na Terceira ou nas Flores, porque as situações de São Miguel são muito mais complexas, muito mais graves e com implicações diversas, julgo que estamos todos de acordo, porque enquanto que em São Miguel qualquer intervenção entra na área do foro privado, no caso das Flores a Secretaria Regional pode trabalhar naquilo que é seu, que é nosso e da própria Região. Portanto, situações muito mais simples.

Em primeiro lugar gostaria de expressar aqui a minha preocupação em relação a esta matéria, mas gostaria de dirigir duas perguntas ao Sr. Secretário Regional.

Nós pensamos que algumas medidas avulsas podem melhorar a situação essencialmente nas zonas onde não há tanta gravidade como existe na Ilha de São Miguel.

No passado, foram empregues medias avulsas nas Flores que nós consideramos úteis e positivas como é o caso da limpeza feita na Rocha dos Bordões pelos montanheiros e de algum trabalho efectuado na Lagoa da Lomba pelos serviços da administração florestal.

São medidas que, na nossa opinião, foram o primeiro passo o qual tem que ser continuado. São medidas avulsas que se tiverem continuação poderão ser positivas e poderão contribuir para que a médio prazo o assunto seja efectivamente resolvido, embora consideremos que possam haver outras medidas planificadas e que sejam a resolução da situação.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se, em relação à Ilha das Flores, no que se refere à Lagoa da Lomba, pensa continuar a limpeza que foi iniciada, que foi útil e que resolveu algumas situações, mas que não resolveu a eutrofização da Lagoa?

Por outro lado, como é uma situação que só no Verão se pode efectuar, ou aproveitamos a época de Julho e Agosto ou então não se consegue.

O mesmo se poderá dizer em relação à Rocha dos Bordões, onde a acção meritória dos montanheiros, no ano passado, foi reconhecida por todos aqueles que vivem na ilha e por todos os que nos visitaram.

No entanto, foi uma acção que fez determinado trabalho que, na nossa opinião, tem que ser continuado, mas esse trabalho também praticamente está confinado ao mês de Julho devido à altitude, às circunstâncias e ao clima predominante nas Flores.

Perguntava também se pensa efectivamente procurar gradativamente dar um contributo, embora com medidas avulsas, para a melhoria de uma situação para a qual teremos de estar muito atentos, até para não cairmos em situações que existem noutras ilhas, ou seja, uma degradação tal que quando olharmos para ela, como é o caso de São Miguel, a intervenção tem que ser muito mais profunda, muito mais cara e difícil.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Melo:

Ouvi com atenção a sua intervenção e concordo com ela nalguns pontos, nomeadamente que o ambiente deve estar todo dentro do mesmo sector e não

disperso como estava anteriormente, no entanto, na minha opinião, o ambiente não devia pertencer à Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente, porque são dois sectores que se contradizem por vezes e a acção nem sempre pode ser equidistante conforme devia ser.

De qualquer maneira, Sr. Deputado, eu tenho que fazer algumas observações sobre alguns pontos que V. Exa. frisou na sua intervenção.

O Sr. só agora é que descobriu que as "vacas eram magras" para o ambiente?

Elas foram magras no passado e o ambiente sempre foi o "parente pobre" nos orçamentos desta Região.

No passado, o ambiente foi sempre defendido pelo Partido Socialista, mais propriamente por uma série de ambientalistas que estão sentados na bancada do Governo, nomeadamente o Sr. Presidente que quando estava sentado neste lado defendia esse sector; o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais que só de artigos de opinião tem algumas dezenas publicados e até apresentou propostas de lei para a resolução do problema das lagoas de São Miguel, para não falar já no Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente que sempre defendeu o ambiente quando estava nesta bancada.

Porém, apareceram com um ambiente tão "magrinho" e "enfezado" como aquele que apresentaram, quer no Plano para 1997 quer no nado morto PMP 97/2000.

É este aspecto que pretendemos que fique claro, Sr. Deputado.

O que é que o Partido Socialista pretende para o ambiente desta Região?

Nós temos um ambiente bem conservado, felizmente, nalgumas zonas, mas temos que ter muito cuidado e não podemos estar aqui a falar apenas de ambiente, a tentar desculpar aqui aquilo que não é desculpável só porque somos Governo.

No passado, Sr. Deputado, quando eu estava aí nessa bancada, naquela mesma tribuna onde o Sr. agora veio tentar defender o seu Governo, eu ataquei o meu Governo e não tive dúvidas nenhuma em fazê-lo, porque achava que era injusto aquilo que se estava a fazer em relação ao ambiente.

Se tiver dúvidas Sr. Deputado, eu posso ceder-lhe as minhas intervenções, mas o Sr. tem acesso às mesmas através dos Diários da Sessões. Porém, se não quiser ter o trabalho de as procurar eu posso fornecê-las.

Nós não podemos vir, tal como o nosso povo diz, "dar uma no cravo e outra na ferradura" dizendo "coitadinho do ambiente, nós queríamos fazer mais mas não podemos, porque as vacas estão magras, porque a ceifeira corta as algas, mas não temos outra solução".

Qual é a solução que o Governo do Partido Socialista tem para o problema da eutrofização das lagoas, sem ser a ceifeira?

Já tem outra solução?

Em termos de ambiente, Sr. Deputado, temos que envolver a sociedade mas isso já deveria ter sido feito no passado. Nós concordamos com esse processo, mas também é preciso envolver o Governo.

Eu fiz um requerimento à Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente por causa de problemas graves que estavam a acontecer na Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, o qual deu entrada nesta Assembleia no dia 28 de Janeiro e até ao dia de hoje estou à espera da resposta.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondo, em primeiro lugar, à Sra. Deputada Ana Carolina: se a Quercus não está satisfeita, eu próprio também não estou.

Por uma questão de princípio ou talvez por uma questão de formação cultural, o ambiente foi sempre uma área que me tocou especialmente e durante vários anos procurei defendê-lo nesta Casa.

O Sr. Deputado Manuel Brasil falou na "vaca magra" do Orçamento.

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que não é só com verbas orçamentais que se resolvem os problemas do ambiente.

O Sr. referiu que não é desculpável essa verba existente para o ambiente, mas gostaria de dizer-lhe que não são desculpáveis muitas outras coisas.

Não é preciso verbas para resolver muitos problemas e aponto-lhe um caso concreto: a Lagoa do Fogo está no estado lastimável que está e, neste momento, a maior parte das leivas na encosta interior da bacia estão quase todas apanhadas. Nós não sabemos

quantas dezenas de anos vão ser precisos para a sua recuperação. Nunca houve até hoje por parte de nenhum dos governos anteriores uma coisa que não custava dinheiro nenhum, ou seja, alterar a legislação punitiva.

Hoje, um camião carregado com duas toneladas de leivas roubadas - e digo **roubadas mesmo**, porque aquilo é património público — tem a coima de 500\$00 quando ele vai vendê-las por 150.000\$00. Aí tem uma medida que não custa dinheiro, que não precisa de verba orçamental para a resolver e durante 10 anos nunca ninguém soube alterar a legislação punitiva nesta matéria em relação aos infractores.

Tenho dito.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos até às 12.30 horas, porque eu tenho que ir receber a Sra. Embaixadora da Alemanha.

Até já.

(Eram 12.05 horas).

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos, concretamente nos esclarecimentos suscitados pela intervenção do Sr. Deputado Silva Melo.

Eram 12.40 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Deputado Silva Melo que concordo com ele em relação às medidas punitivas, pois é urgente que se estabeleça um sistema que seja mais penalizador em relação às leivas da Lagoa do Fogo ou em relação a qualquer outro ecossistema que esteja dependente da degradação do homem.

No entanto, gostaria de fazer mais duas precisões que considero bastante importantes. Em primeiro lugar, um sistema não deve ser só estabelecido através de uma coacção pecuniária. Também deve existir a educação ambiental e as pessoas devem ser

devidamente informadas e educadas para que não provoquem esses actos lesivos da natureza.

Por outro lado, há que haver um sistema de fiscalização muito mais actuante e rigoroso, de maneira a que muitas vezes não permita que esses actos de vandalismo sejam praticados.

Na minha opinião, estas duas vertentes são muito mais importantes que o hábito coercivo da pena pecuniária.

De qualquer maneira a pena pecuniária deve existir e deve ser bastante mais substancial, porque se é verdade, como já ouvi dizer, que uma carrada de leivas custa 150.000\$00, quem paga uma pena de 500\$00 pode ir às leivas e pagar penas todos os dias por todas as cargas.

Na minha opinião, este sistema é que tem que ser equacionado com estas três vertentes, a pena pecuniária, a informação e formação das pessoas, e a fiscalização.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Melo:

Estou solidário com a sua intervenção em termos gerais, tanto mais que o tema ambiente deve unir as pessoas, as sociedades e, mais do que elas, os Deputados e o Governo.

Naturalmente que o que se sabe hoje acerca do ambiente, não se sabia há 5, nem há 10, nem há 15 anos. Tem sido uma evolução constante. Tanto os alunos como os professores, hoje, sabem mais e os Deputados estão mais sensíveis às questões do ambiente.

No entanto, e não queria reeditar aqui a discussão do Plano a Médio Prazo, mas quando analisei esse documento foi com alguma preocupação que verifiquei que não era um exemplo feliz de uma política global, de uma política unificadora em relação ao ambiente. Era mais um conjunto de medidas avulsas, em abono da verdade.

No que respeita à eutrofização, não mostrava um plano eficiente acerca do que se pretendia fazer em relação às lagoas.

Eu estive no "Workshop" da eutrofização. Foi um acontecimento bastante produtivo, aliás parece que fui o único deputado que esteve lá. O Sr. Secretário abriu a sessão e depois fez-se representar pela Directora Regional do Ambiente, que em mais de 50% do tempo não esteve presente, o que mereceu uma tremenda repreensão do delegado da Quercus em que dizia que ela tinha "reprovado por faltas", mas acredito que isso não queira traduzir a intenção do Governo em relação ao ambiente, de maneira nenhuma.

Como estava a dizer, estive nesse "Workshop" que foi bastante produtivo e até aprendi alguma coisa como por exemplo em relação à Lagoa do Fogo, tendo ficado a saber que ela não é tão limpa como se pensa. Já há algum estado de mesotrofia — talvez não chegue a essa situação — e há situações que causam preocupação.

Suponho que o Governo está aqui para governar, para implementar medidas neste sentido e a Lagoa do Fogo, naturalmente, já é um problema.

Inclusivamente, fiquei com uma noção diferente em relação às lagoas das Flores também. A lagoa que está em oligotrofia é a Lagoa Rasa.

São situações que merecem a nossa atenção e a nossa união na discussão e implementação de medidas.

No entanto, há uma pergunta que me preocupa e gostaria que me esclarecesse Sr. Secretário:

Da informação que tenho, parece que o Governo através da Secretaria da Economia, decidiu instalar o parque de campismo na Lagoa das Furnas.

Gostaria que me informasse se é verdade ou não?

Tive essa informação via jornal. Se é verdade gostaria que argumentasse e fundamentasse essa decisão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permitia-me voltar atrás e referir algumas questões que aqui foram levantadas, porque entretanto recebi documentação e gostaria de a expor nesta Casa.

Infelizmente, o Sr. Deputado António Almeida não está presente, mas gostaria de ler aqui o requerimento, mais precisamente a pergunta n.º 2 que foi aquela que ele levantou nesta Casa, dizendo que o Secretário Regional da Agricultura e Pescas mentia.

Vou ler em voz alta para que fique registado.

"O Grupo Parlamentar do PSD ao abrigo das disposições regimentais estatutárias aplicáveis, requer ao Governo Regional o seguinte:

1 -

2 - Que organizações de produtores ou outras entidades foram consultadas, no sentido de conhecer o seu interesse no usufruto do Centro de Bovinicultura situado nos Arrifes?"

O Sr. Deputado António Almeida mentiu nesta Casa. Não diz expressamente nenhuma data aqui, não refere no seu pedido 19 de Fevereiro ou a 21 de Fevereiro. Mentiu e mais do que isso acusou outros de mentir.

É um comportamento que na minha opinião é incorrecto e pedia-lhe que não repetisse nesta Casa.

Segundo ponto:

A resposta que lhe é dada é uma resposta cabal.

De facto, eu agora é que vi, quero reconhecer que há um erro na resposta a este requerimento.

Há um erro, porque a pergunta que é feita no sentido de conhecer o interesse no usufruto, é interpretada — e eu disse-o aqui anteriormente — antes e depois da proposta de resolução, porque antes da proposta de resolução foram ouvidas algumas organizações, nomeadamente aquelas que manifestaram interesse neste centro e que são duas: a UNILEITE que manifestou interesse e a AJAM que apresentou uma proposta. Há documentos que o provam e com datas.

A Resolução do Conselho de Governo foi publicada a 15/05/1997 e a resposta dada ao Sr. Deputado António Almeida é de 14/05 e dizia que mandatava o Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, para celebrar com a Associação de Jovens Agricultores um protocolo de cedência a título precário e gratuito no Centro

de Bovinicultura dos Arrifes, na Ilha de São Miguel, ouvidos e salvaguardados os interesses dos utentes e organizações que recorrem àqueles serviços.

A resposta que foi dada abrange não só a audição antes, mas também o mandato desta Resolução, ou seja, o Secretário ficou mandatado para ouvir. De facto ouviu e recebeu organizações, nomeadamente a do Bom Pastor e a Unileite, neste processo.

O único erro que há aqui é que de facto há uma organização que não foi ouvida até agora, mas será ouvida ainda no processo de elaboração do protocolo que julgo que estará pronto em breve, ou seja a Associação Agrícola de São Miguel.

Não foi a Associação que foi ouvida, quem foi ouvida, porque manifestou interesse, foi a Associação de Jovens Agricultores. Para que a verdade seja reposta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos às questões ambientais:

(Pausa)

Antes disso queria corrigir uma afirmação que fiz aqui e que não corresponde à verdade.

A Associação Agrícola de São Miguel foi efectivamente ouvida pelo Sr. Presidente do Governo, o qual acabou de confirmar-me isso. Até nesse ponto de vista está correcto. Não ouve mentiras neste lado.

Quanto às questões ambientais, começo pela ordem das perguntas.

A Sra. Deputada Ana Carolina pergunta como estamos em termos de lagoas.

Seria difícil dizer-lhe como é que estamos em termos de lagoas, porque era preciso ler-lhe aqui diversos relatórios e as intervenções da "Workshop" para a qual a remeto e terei todo o gosto em enviar cópia.

Posso dizer-lhe que a "Workshop" já aqui referida teve como sentido — aliás eu fiz essa declaração na abertura — fazer o ponto da situação sob o aspecto científico, ou seja, avaliar qual é a realidade das lagoas, para que se possam tomar medidas.

Eu disse que não ia fazer declarações políticas naquela "Workshop", porque sentia que não as devias fazer sem ter o conhecimento científico da realidade.

Ele já foi feito e há conclusões técnicas dessa "Workshop" as quais passo a citar:

Em primeiro lugar, há algo que já se conhece, ou seja, "o processo da eutrofização é um processo de longo prazo que se acelerou nos últimos 20 anos".

Em segundo lugar, do ponto de vista científico, é afirmado que "há poucos processos de eutrofização até agora conhecidos que tenham sido reversíveis". Há processos de melhoria, mas a reversibilidade completa de processos de eutrofização, segundo os cientistas que participaram, é totalmente desconhecida, pelo menos nenhum dos cientistas que participaram neste "Workshop" conhece algum caso.

Esta é uma conclusão importante para avaliar o impacto das medidas que vamos tomar.

Em terceiro lugar, "são analisadas as medidas já tomadas, nomeadamente o processo de arejamento e o processo de limpeza nalgumas das lagoas e são tecidas conclusões sobre esses dois processos".

Esses processos não são por si processos que resolvem a eutrofização das lagoas, mas têm efeitos benéficos, ou seja, são insuficientes mas serão necessários nalguns casos, nomeadamente no caso do arejamento — são os próprios cientistas que o dizem — permite parar de certa forma o processo de eutrofização e o processo de redução que se verifica sob ponto de vista químico.

Em termos de leitos, isto permite que os nutrientes que estavam suspensos na coluna de água, com o processo de arejamento, se fixem no substrato do fundo da lagoa e de certa forma clarifiquem a coluna de água, mas não resolve o problema, porque é constatado que os nutrientes continuam depositados no fundo da lagoa.

Presidente: Sr. Secretário, informo que já ultrapassou os seus três minutos.

O Orador: Eu continuo depois.

Presidente: Com certeza.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O requerimento que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata efectuou sobre a matéria que foi discutida há pouco, considerava que tinha sido tornada pública uma deliberação do Governo no sentido de mandar o Secretário Regional a

celebrar um protocolo com a Associação de Jovens Agricultores, para ceder o usufruto do Centro de Bovinicultura dos Arrifes.

Eu gostaria de saber se essa deliberação foi ou não assumida em Conselho do Governo a 19 de Fevereiro, se não me engano?

Foi tornada pública a 20 de Fevereiro e o Grupo Parlamentar do PSD elaborou o seu requerimento no dia 21 de Fevereiro.

No mesmo dia em que elaborou o seu requerimento, eu fiz um contacto pessoal com os Srs. Presidentes da UNILEITE, da Associação Agrícola de São Miguel e da Cooperativa Agrícola do Bom Pastor, porque tinha conhecimento do interesse dessas organizações naquele Centro de Bovinicultura. Porquê?

Porque a Associação Agrícola de São Miguel desenvolvia um projecto de contraste leiteiro num protocolo celebrado com a Secretaria, porque a UNILEITE pretendia desenvolver um projecto de recria de novilhas no Centro de Bovinicultura e porque a Cooperativa Agrícola do Bom Pastor geria a recepção e transformação do leite produzido na lavoura do centro de Bovinicultura.

Foi nesse sentido que fiz o contacto com essas organizações que no mesmo dia disseram-me que não havia sido feita qualquer consulta sobre a deliberação em causa no Conselho do Governo.

Quando o Conselho do Governo deliberou mandar o Secretário Regional para celebrar um protocolo de cedência, estava assumindo que o Secretário devia fazer a cedência do Centro de Bovinicultura à AJAM.

Foi nesse sentido que a nossa consulta foi feita e que mereceu a resposta aqui mencionada dos Presidentes dessas organizações.

Qualquer consulta feita posterior à aprovação dessa Resolução, não interessa para o requerimento do Partido Social Democrata.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir ao Sr. Deputado António Almeida que reflecta sob o que disse anteriormente chamando-me mentiroso e dizendo expressamente que referia no seu

requerimento uma data. Até agora eu não a obtive, porque não refere. Eu não tinha presente o requerimento, mas neste momento já o tenho e está aqui registado.

Eu não menti nesta Casa. Se há coisa que prezo em termos de comportamentos morais, é pelo menos esse e vou carregá-lo ao longo de toda a minha vida e não é por ser Secretário que o deixo de ter.

Voltando à questão da eutrofização das lagoas, eu estava descrevendo as conclusões científicas desse seminário.

Estas conclusões acabam por se resumir muito simplesmente em que de facto há diversos processos que são paliativos e que não faz sentido interrompê-los, nomeadamente o processo do arejamento, contrariamente ao que afirmou o Sr. Presidente da Quercus. Se se acabar de vez, eu vou dizer nesta Casa qual é a conclusão científica, que eu próprio não sabia, daí aquele seminário em termos científicos. Não houve nenhuma imposição política das conclusões que lá estavam. Foi um seminário aberto a todos.

Se se parar aquele processo da eutrofização, pode-se dar um processo de desenvolvimento de determinadas algas (cianobactérias) que são perigosas até mesmo para o próprio contacto humano.

Posso dizer-lhe que houve uma ou duas ocorrências, se não me engano, antes desse processo de arejamento.

É necessário que o processo de arejamento, embora não seja um processo que resolva em definitivo, se mantenha durante algum tempo. É aconselhável que se continue, pelo menos é o que nos dizem.

No que respeita a medidas em função das conclusões científicas, vai ser adoptado um vasto conjunto de medidas que serão faseadas no tempo. Não são medidas avulsas, porque primeiro era preciso fazer uma apreciação, mas serão medidas que se irão encadear umas nas outras, nomeadamente medidas de continuação de algumas das acções, medidas de intervenção em termos de planeamento e lembro que o estudo de ordenamento já está pedido à Universidade e tem um prazo para ser entregue, portanto vamos ter que aguardar por esse estudo.

Entretanto, ao nível dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, vamos desenvolver um trabalho de levantamento das explorações nessas áreas, porque foram

identificados claramente os cursos de água onde há maior descarga de nutrientes e a partir daí é possível fazer um trabalho preparatório para identificar explorações e evidentemente para poder conceber a aplicação de medidas que já estão previstas de redução dessas cargas de nutriente, nomeadamente, através da aplicação de adubos e das compensações que poderão ser feitas ao abrigo da legislação comunitária.

Em relação ao parque de campismo das Furnas, eu também ouvi essa notícia e posso dizer-lhe que do ponto de vista do parecer da Direcção Regional do Ambiente, eu não sei se o pedido foi feito formalmente, mas se foi a resposta vai ser negativa. Nós consideramos que não deve haver um parque de campismo na margem da Lagoa das Furnas.

Esta é uma discussão que já se vai arrastando há muito tempo, mas na minha opinião há outras alternativas e inclusive a própria Câmara da Povoação tem vindo a procurar essas alternativas para o parque de campismo.

No que respeita à questão da apanha de leivas aqui levantado, evidentemente há diversas questões focadas que se entroncam. Uma delas é a ineficácia da legislação e das coimas aplicáveis a quem infringir a lei.

São os montantes que foram aqui feridos, mas para mim também são ineficazes porque uma carga de leivas vale muito mais que isso.

Nós estamos a rever essa legislação e ela chegará a esta Assembleia.

Para além disso, está a haver um atitude positiva de fiscalização e de aconselhamento, porque pensamos que a legislação não deve ser introduzida abruptamente. Posso dizer-lhe que nalguns casos já foram interceptados nessas missões de fiscalização pelos Serviços Florestais pelo menos um caso, que eu tenho conhecimento, de um camião de leivas numa das zonas de apanha.

Foi explicada a situação à pessoa, a qual foi informada que não poderia voltar a fazê-lo e além disso tomou-se uma outra atitude, uma vez que era uma pessoa que tinha um trabalho e sustentava uma família, ou seja, houve a preocupação de dizer que os serviços sempre que surgissem outros trabalhos dar-lhe-iam conhecimento desse trabalho alternativo para a utilização do seu camião.

Hoje, posso dizer-lhe que esse homem não está a apanhar leiva, mas está a carregar brita quando é necessário para determinados caminhos, porque na adjudicação e na

consulta a quem tem camiões para transportar brita para os serviços florestais, ele vai ser ouvido.

É menos um que teremos que multar no futuro, porque estamos a dar-lhe uma alternativa.

Há aqui uma atitude de fiscalização pedagógica e de apresentar alternativas às pessoas, porque elas têm uma vida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós não temos culpa que o Governo responda 4 meses depois a um requerimento nosso.

A 21 de Fevereiro, nós questionámos sobre a informação que tínhamos até àquela data.

Pergunto: há mais do que uma deliberação ou do que uma resolução do Conselho do Governo sobre esta matéria até 21 de Fevereiro?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Depreendo das suas palavras que relativamente a lagoas não há medidas novas. Segundo as conclusões científicas, há a confirmação de que as chamadas medidas avulsas e descoordenadas que o PSD e o Governo do PSD implementaram, afinal são benéficas e as novas medidas proclamadas pelo PS em campanha, nada trazem de novo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Sr. Deputado António Almeida continua a meter a "pata na poça" - desculpe que lhe diga desta forma.

Eu tenho o requerimento que os Srs. enviaram aqui na minha frente.

Esse requerimento deu entrada na minha Secretaria a 5 de Março, embora os Srs. assinem, de facto, com a data de 21 de Fevereiro.

O Sr. tem que perceber que há um circuito e que ele só entrou na Secretaria no dia 5 de Março.

Eu fiz as contas: de 5 de Março a 5 de Abril são 30 dias; de 5 de Abril a 5 de Maio são mais 30 dias. Portanto, somando são 60 dias. Era o prazo que estava ali.

A resposta foi dada nove dias depois do prazo, ou seja, a 14 de Maio.

Acho que esta troca de palavras não contribui nada para o esclarecimento desta questão e nem sequer dignifica a discussão nesta Assembleia.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Somos nós Assembleia que temos que decidir e não o Governo!

O Orador: Voltando à questão das lagoas, julgo que esta é uma questão de fundo que merece ser aqui debatida.

Sra. Deputada Ana Carolina: eu descrevi algumas das conclusões e tive o cuidado, porque sempre o fiz antes de ser membro do Governo e agora como membro do executivo, de reconhecer as coisas quando elas têm efeito ou quando são bem feitas, independentemente da pessoa que as faz.

A avaliação que foi feita cientificamente, e foi aquilo que disse aqui, é que as medidas que são pontuais são medidas avulsas, continuam a ser, não resolvem o problema. Mas retirá-las, no caso da Lagoa das Furnas, não resolvendo o problema, vai acabar com o arejamento que é isso que o Sr. Presidente da Quercus exigiu publicamente nesse seminário — eu não estava presente mas li na Comunicação Social — e isso pode complicar as coisas.

Eu referi aqui o processo científico da formação de cianobactérias, digo-lhe cientificamente que não percebo nada do assunto, mas pedi que produzissem o parecer e é aquilo que estou a utilizar.

No que respeita a medidas, depois deste seminário e inclusive eu já tive a oportunidade de dar o despacho, foram apresentadas algumas pela Sra. Directora Regional do Ambiente, que esteve presente na abertura e que depois saiu. Também esteve presente o Sr. Director Regional dos Recursos Florestais na abertura e na maior parte do tempo, mas provavelmente a Sr^a. Deputada não a conhece porque é

uma pessoa menos conhecida e também o Sr. Director Regional do Desenvolvimento Agrário que julgo somente esteve na abertura, portanto estiveram presentes na abertura os diversos Directores Regionais e dois deles pelo menos continuaram.

Voltando à questão de fundo, estão a ser preparadas por um lado a continuação de algumas dessas medidas que são pontuais, mas que têm que se integrar numa estratégia e essa estratégia tem que ser, porque foi dito também nesse seminário, de ordenamento. Esta era uma solução que nós sempre defendemos.

Não é possível ter um plano para salvar as lagoas, sem ter um plano de ordenamento das bacias. Porém, não podemos parar se nos dizem cientificamente que pelo menos algumas delas são necessárias manter. Não vamos pará-las, enquanto não tivermos esse plano de ordenamento. Eu sempre defendi esse plano e continuo a defendê-lo.

Enquanto ele não estiver feito, porque a Universidade também tem um determinado tempo para o apresentar, nós, nos serviços, vamos tomar algumas medidas. Eu disse aqui algumas delas.

Nos relatórios científicos são identificados determinados cursos de água que carregam mais nutrientes ou têm o dever de contribuir para o carregamento de nutrientes. Adjacentes a essas linhas de águas, estão explorações agrícolas.

A colaboração entre a Direcção do Desenvolvimento Agrário e a Direcção Regional do Ambiente, vai-nos permitir começar a identificar essas explorações agrícolas e eventualmente aconselhar práticas que sejam menos agressoras do ambiente, nomeadamente facultando análises de terras a esses agricultores para permitir-lhe, se for caso disso, corrigir as suas práticas de adubação. Também vai permitir aconselhar esses agricultores a candidatarem-se a medidas que já são de protecção agro-ambiental e que não se candidataram no passado.

Tudo isto vai prosseguir e não vamos ficar à espera do plano de ordenamento o que quer dizer que há aqui uma estratégia integrada, que tem medias parcelares, porque todas as estratégias têm que ter medidas e acções parcelares, mas que têm um fim e um objectivo, ou seja, não aparecem desenquadradas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Fiz há pouco uma pergunta e agradeço que me dê uma resposta.

Até à data do nosso requerimento há mais alguma resolução aprovada em Conselho de Governo sobre essa matéria?

Agradeço que me responda com clareza, porque se é transparência que deseja, dê provas disso neste plenário.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Permita-me discordar quando intitula o arejamento e a limpeza como medidas avulsas.

Não são medidas avulsas, são medidas curativas que fazem parte de um plano integrado para o combate à eutrofização das lagoas que o PSD implementou, do qual também faziam parte as medidas preventivas, por exemplo o ordenamento, bem como a construção das bacias de retenção nas linhas de água que o Governo Socialista deixou de falar e já agora eu gostaria de saber porquê?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Eu acho que isto já chega. Isto já cansa nesta Casa.

O Sr. não me responde às perguntas, não pede desculpa nesta Casa e eu pedi expressamente que pedisse desculpa.

Acabou Sr. Deputado, porque isto não dignifica esta Casa!

Avance com uma sessão de perguntas e eu respondo às questões de fundo.

Há aqui uma discussão que eu acho que merece a pena nós perdermos tempo com ela, ou seja, a questão da eutrofização das Lagoas.

Sra. Deputada:

Há pouco não referi a totalidade dos estudos.

Os estudos e os documentos apresentados nesse seminário também se referem à questão das bacias de protecção. Aliás, referem-se a várias soluções. Essas e outras que envolveriam a introdução de determinadas espécies vegetais para retenção e para absorção de nutrientes, etc, etc.. é feita essa avaliação.

As únicas medidas que estavam de facto em execução e sobre as quais há avaliação de facto, porque esta é a novidade deste seminário, é que é possível debruçarmo-nos sobre a evidência científica, sobre relatórios e estudos que já vinham de trás, eu reconheço isso. Os relatórios são relatórios e os estudos são estudos e dizem-nos que no caso do processo de arejamento, há determinadas conclusões; no caso do processo da ceifeira há determinadas conclusões; e no caso das bacias de retenção e outros não podem haver ainda conclusões. Não há evidências de facto. Há a continuação de propostas.

Do ponto de vista de análise, eu não lhe posso dizer se umas são melhores que as outras.

O que eu penso é que pela primeira vez há uma atitude muito clara de todos os intervenientes, inclusive daqueles que defendiam somente as soluções de arejamento, e que nenhuma dessas medidas por si só, na minha opinião, é a principal conclusão científica, isto é, que resolve o problema da eutrofização. Essa conclusão não existia antes, ou pelo menos não foi apresentada publicamente pelas pessoas que cientificamente defenderam aqueles relatórios

Para além disso, há um outra conclusão de que eu próprio teria alguns indícios, mas que gostei de a ver ali porque clarifica a noção do que é um processo de eutrofização. Essa conclusão é feita da afirmação de que dos processos de eutrofização e de intervenção já conhecidos noutros países e noutras regiões, chega-se à conclusão de que raramente há um processo de reversão total e que não há nenhum processo curativo completo.

A noção de que nós poderemos, salvo posterior prova científica, vir a ter lagoas como tivemos provavelmente há 100 anos, os cientistas dizem que não vamos ter.

O que nós podemos utilizar, e é isso que eles nos dizem, são planos que por um lado diminuem a carga de nutrientes que vai entrar no futuro na lagoa e por isso o plano de ordenamento, as medidas ao nível agrícola, o aconselhamento aos agricultores e, por

outro lado, medidas que permitam retirar nutrientes em suspensão na coluna de água, de modo a evitar o estado de eutrofização existente hoje em dia., tudo isso vai diminuir e evitar a sua progressão.

Este processo já decorre há bastante tempo e como foi dito é um processo que provavelmente já se iniciou há muitos anos e que se acelerou nos últimos 20.

Não foi possível no passado e não vai ser possível no presente, num ano ou em dois, reverter um processo desses e mesmo aí há sérias dúvidas científicas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A minha intervenção é já para fazer um protesto.

Eu não posso deixar de protestar sobre o comportamento do Sr. Secretário quando se evade a uma pergunta neste plenário.

Sempre que as questões que nós colocamos são pertinentes, "descobrem as carecas" de alguns vícios do passado, é logo matéria para grandes evasivas.

Sr. Secretário Regional, o Sr. acabou por não responder à minha pergunta e de dar justa razão ao nosso debate de há pouco.

De facto, o Governo deliberou sobre matéria do interesse das organizações de produtores de São Miguel sem as consultar e 4 meses depois responde dizendo que procedeu a consultas que de facto não efectuou.

Alguns deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tiveram a oportunidade de naquela mesma semana contactarem com algumas dessas organizações e de localmente terem obtido as mesmas respostas que eu obtive e que o Sr. Secretário, mais tarde, também obteve dessas organizações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Queria completar uma informação que tem a ver justamente com a questão da eutrofização das lagoas.

Efectivamente, o arejamento, a ceifeira mecânica na Lagoa das Sete Cidades, as intervenções na Lagoa do Caiado no Pico e nas Lagoas das Flores, não foram

medidas avulsas, foram medidas pontuais, colectivas, integradas num plano de salvaguarda e de salvação das lagoas, plano integrado esse que passava também por uma fase posterior que era do estudo do ordenamento e da tomada de medidas na sequência desse estudo, que viesse a minimizar em termos futuros o processo de aceleração da eutrofização.

Quero dizer ao Sr. Secretário que a conversão das bacias de retenção não são uma alternativa ao arejamento ou à ceifeira mecânica. São uma medida complementar. Simultaneamente com as medidas já tomadas, é indispensável construir as bacias de retenção.

O que foi perguntado pela Deputada Ana Carolina é se efectivamente o Governo pretende construir as bacias de retenção, para minimizar os efeitos da eutrofização, uma vez que deixou de falar nesse assunto nos últimos tempos.

Sei bem que tudo aquilo que o Sr. Secretário disse que resulta do "Workshop", é aquilo que nós já sabíamos, porque em Março do ano passado também se fez um Workshop nas Furnas com os mesmos cientistas, para avaliar o grau de evolução do tratamento que estava a ser dado.

Programou-se para este ano este "Workshop" que o Sr. felizmente e em boa hora deu seguimento e é bom que se faça outro daqui a algum tempo por forma a que se venha a verificar se o processo está de facto a ser aplicado correctamente, se se deve acelerar ou desacelerar, se se devem tomar medidas complementares.

As críticas que no passado foram aqui feitas, para a actuação do Governo na área da intervenção relativamente à eutrofização das lagoas, vem a concluir-se que afinal era política correcta e é a política que este Governo em boa hora dá seguimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Informo que o Governo só dispõe de 2 minutos.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda sobre a questão da eutrofização, de facto houve esse seminário anteriormente, por acaso não participei nele, mas li as suas conclusões.

No que respeita à continuidade ou não, já disse aqui que em função da avaliação científica, há duas novidades e penso que essas são novidades em função das diversas avaliações que foram feitas no passado.

A primeira, prende-se com o facto das medidas serem justas e pontuais (vamos utilizar o adjectivo que quisermos) porque não são suficientes. Não era possível fazer alguma desta avaliação no passado enquanto não tivéssemos determinadas análises e estudos do INOVA na mão.

No que respeita ao plano de ordenamento, a única coisa que tenho a dizer aqui é que antes já o defendia. Sempre o defendi desde o princípio, desde o momento em que vieram a esta Casa documentos legislativos defendendo medidas cautelares.

Penso que se iria ganhar algum tempo se esse plano de ordenamento tivesse sido elaborado mais cedo.

Julgo que a articulação entre serviços que era algo que não se fazia a este nível, nomeadamente ao nível do aproveitamento de determinados financiamentos e linhas comunitárias, vai-se começar a fazer agora.

Eu frisei a colaboração entre a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário e a Direcção Regional do Ambiente.

No diálogo com os lavradores — não nos podemos esquecer que estas pessoas, nalgumas lagoas, a sua vida depende desta actividade - temos que lhes criar alternativas, temos que os acompanhar, não é o processo da imposição, não poderá ser e nalguns casos eles têm direito a ser compensados. Nalguns casos foi manifestado o interesse de compras de terras, mas noutros casos julgo que isso não é necessário. Na minha opinião, é preciso que se corrijam determinadas práticas de adubação e introduzir outras práticas culturais nessas bacias. Isso é uma alteração profunda, que já vínhamos defendendo e que não estava a ser adoptada.

No que respeita à necessidade de continuar a seguir este processo, uma das conclusões deste "Workshop" é que é preciso continuar a acompanhar. Vem escrito no texto "monotorizar, acompanhar e seguir", porque há determinadas conclusões que foram concluídas agora mas poderão vir a ser alteradas do ponto de vista científico.

Este é um processo muito delicado que merece a nossa atenção, não só do ponto de vista científico, como também do ponto de vista de acompanhamento político e

também do aconselhamento de alguma intervenção didáctica junto das pessoas e das comunidades que vivem nestas áreas.

Essa vai ser uma atitude que nós iremos pôr em prática, porque defendemos que a educação ambiental é uma prioridade deste Governo. Aliás, isso vem dito no Programa do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço regressando ao plenário pelas 16.00 horas para a Sessão de Cumprimentos aos Srs. Deputados do Parlamento Europeu.

Essa Sessão consistirá numa breve intervenção minha e possíveis respostas dos Srs. Deputados que estarão presentes.

Não voltaremos ao plenário depois disso porque seguir-se-ão reuniões dos Srs. Deputados do Parlamento Europeu com cada um dos Grupos Parlamentares, segundo o calendário que os Srs. Deputados têm conhecimento.

Amanhã os nossos trabalhos terão início pelas 10.00 horas para dar sequência à nossa ordem de trabalhos.

Até logo.

Bom almoço.

Eram 13.10 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a **Sessão de Cumprimentos da ALRA aos Srs. Deputados do Parlamento Europeu.**

Eram 16.00 horas.

Eu vou pronunciar algumas breves palavras a propósito deste momento.

Srs. Deputados do Parlamento Europeu, Sras. e Srs. Deputados Regionais:

Permitam-me que comece por sublinhar a importância deste momento, para a nossa Assembleia Legislativa Regional.

O momento a que me refiro é, exactamente, o da visita dos senhores deputados da Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu a esta Assembleia e à Região Autónoma dos Açores, a convite desta Casa.

Não se tratando, embora, de um momento propriamente solene e festivo, à imagem dos momentos que poderíamos designar por "fundadores" da vida desta Casa, como, por exemplo, as horas solenes de início de legislatura, sem dúvida que é, (pode vir a ser), um momento de viragem na vida desta Assembleia, na sua relação com as questões comunitárias, com incidência regional.

Sublinho, o que pode vir a ser, apenas por uma preocupação que diria de rigor metodológico.

Com efeito, essa viragem, no tratamento das questões comunitárias nesta Assembleia, para ser cabal, compreende duas fases complementares, mas distintas.

Uma delas é, precisamente, a que estamos vivendo, de contactos, periódicos, mas regulares e, mesmo, habituais ou rotineiros, entre instituições e pessoas.

No caso, entre o Parlamento Regional e seus órgãos (Presidência, Comissões, etc.) e o Parlamento Europeu, e os seus órgãos, e entre deputados do Parlamento Europeu e deputados regionais.

Contactos que, acrescente-se, tanto se podem concretizar com deslocações de deputados regionais às instâncias comunitárias de Estrasburgo e Bruxelas, ou com a vinda, como neste momento ocorre, de representantes daquelas instituições à Região.

A outra fase, senhoras e senhores deputados regionais, diz-nos respeito exclusivamente a nós, representantes do povo dos Açores neste Parlamento.

Na anterior legislatura, foi congelado em Comissão, durante vários ineses, e finalmente, rejeitado, por pouco óbvias razões, um projecto de decreto legislativo regional que visava dotar esta Assembleia dos dispositivos legais e regulamentares, necessários ao exercício das suas funções de pronúncia, acompanhamento e fiscalização, da actividade do Governo e da administração regional, no âmbito das questões comunitárias.

No preâmbulo daquele texto chamava-se precisamente a atenção para o, habitualmente designado, "duplo défice democrático" de que tem padecido a construção da unidade e integração europeias.

Défice de competências do Parlamento Europeu, desprovido de poderes suficientes de participação e fiscalização da acção das instituições da União.

Igualmente, défice na capacidade de acompanhamento dos parlamentos nacionais e regionais, em relação, não só àquelas instâncias da União mas, principalmente, quanto ao exercício dos poderes de pronúncia, acompanhamento e apreciação, sobre a acção comunitária dos respectivos governos.

Acrescentava-se ainda que a mais gritante lacuna da participação regional na construção comunitária era precisamente a da participação do órgão legislativo regional.

Constatando-se que a intervenção dos executivos regionais, nas decisões comunitárias respeitantes às regiões, carecendo embora de explícita consagração constitucional e estatutária, acaba por vir a ter consagração de facto, por força das próprias exigências comunitárias, em relação à definição e execução das políticas de âmbito regional.

Precisamente o contrário do que se constata com as Assembleias Legislativas Regionais que não só se encontram destituídas daquela participação "de jure", mas também são marginalizadas "de facto", pelos executivos regionais que lhes sonegam qualquer interferência naqueles processos, seja sob a forma de pronúncia, fiscalização ou até de simples acompanhamento, por não lhes proporcionarem informação pertinente em tempo e modo.

Por simples, mas oportuna, curiosidade histórica, assinale-se que o referido abortado decreto legislativo regional encarregava a Comissão Especializada Permanente, com competência genérica em matéria de integração europeia de, de entre outras coisas, "intensificar o intercâmbio entre a Assembleia Regional e a Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, e o próprio Parlamento Europeu, propondo medidas apropriadas, a facilitar encontros regulares com os deputados daquela Comissão e com deputados europeus."

Sras. e Srs. Deputados:

Confesso que não acredito que a actual Assembleia caia na infelicidade de assumir atitude de recusa, idêntica à da anterior Assembleia, demitindo-se do exercício de

competências que, manifestamente lhe cabem, mas a verdade é que ainda não parece ter soado a hora de ela tomar a atitude activa que se impunha, para superar, em definitivo, a "apagada e vil tristeza" que tem sido a sua vida, em matérias comunitárias com incidência regional.

Para se ter plena consciência da situação de omissão e ausência desta Assembleia em assuntos comunitários respeitantes à Região, bastará recordar que em toda a última década de actividade parlamentar, apenas uma vez o plenário deste Parlamento foi chamado a pronunciar-se sobre um texto ou um assunto comunitário de relevante interesse regional.

Foi na apreciação do tratado de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia que foi objecto de pormenorizada e exaustiva apreciação e debate nas comissões e no plenário. Há mais de uma década, portanto!

Afora isto, e descontadas umas jornadas parlamentares Açores/Madeira/Canárias, realizadas em 94, em que foram debatidas questões relacionadas com o POSEIMA e uma ou outra intervenção avulsa de responsáveis governamentais e parlamentares, em debates de programas de governo ou planos anuais e quadrienais, um prolongado silêncio tem pairado sobre as questões comunitárias, nos trabalhos desta Assembleia.

Srs. Deputados do Parlamento Europeu, Sras. e Srs. Deputados Regionais:

Estão há muito diagnosticados os principais problemas dos Açores que na actual fase de revisão do Tratado da União, se mantêm pendentes para os tempos mais próximos.

Nas suas linhas gerais podem resumir-se a três.

O primeiro de todos, e com reflexos mais duradouros no tempo, era a consagração no texto do Tratado revisto, de uma disposição que consagre a ultraperiferia como uma situação permanente estruturante de um grupo limitado de regiões, de países da União e a conseqüente necessidade de modulação das políticas comunitárias, para atender às suas características de grande afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis e dependência económica em relação a um número limitado de produtos.

Este objectivo acaba de ter o seu desenlace feliz ontem mesmo. Resta apelar ao empenho do Srs. Deputados do Parlamento Europeu na concretização em medidas específicas próprias.

As outras duas questões dizem respeito à necessidade de renegociação dos fundos estruturais dentro do actual quadro comunitário e à sua manutenção ou reforço, para além do actual quadro comunitário em vigor.

O nosso voto, Senhores Deputados do Parlamento Europeu, é que os breves dias da vossa permanência entre nós, sirvam para consolidar, no vosso espírito, a imagem realista e pertinente das nossas realidades, aspirações e necessidades e o bem fundado da nossa legítima ambição de atingir o nível económico e social médio da Comunidade.

Disse. Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Não havendo o desejo da parte dos Srs. Deputados do Parlamento Europeu de dirigir algumas palavras à Assembleia, vamos encerrar os nossos trabalhos e vão-se seguir as programadas visitas dos Srs. Deputados do Parlamento Europeu a cada um dos Grupos Parlamentares no local que já está para isso destinado.

Até breve.

Boa tarde.

(Os trabalhos terminaram às 16.10 minutos).

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - António Silva Melo, Fernando Meneses, Francisco Oliveira; **PSD** - Alberto Madruga da Costa; **PP** - Alvarino Pinheiro).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PS** - Fátima Sousa; **PSD** - Aires Reis).*

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97 - "Extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura (I.A.C.A.P.S.)".

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, reunida na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (A.L.R.A.) na Horta, no dia 17 de Junho de 1997, discutiu e analisou a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/97 - "Extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura (I.A.C.A.P.S.)", na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores e sobre o mesmo emite o seguinte parecer:

CAPÍTULO I

Enquadramento Jurídico

A Proposta do presente Decreto Legislativo Regional enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 182.º e é apreciada de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores - Lei 9/87, de 26 de Março.

CAPÍTULO II

Apreciação na Generalidade e Especialidade

A proposta de Decreto Legislativo Regional em análise, tem por objectivo a extinção do Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e Silvicultura (I.A.C.A.P.S.), criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/79/A, de 8 de Maio.

Após a apreciação pela Comissão, esta propõe a alteração da redacção do n.º 1, do artigo 4.º, que passará a ser a seguinte:

"1. A cessão do direito de uso e fruição de bens do I.A.C.A.P.S. ou de outro direito que o cedente seja titular sobre os mesmos bens, já efectuada entre este instituto e os organismos de produtores, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 33/86/A, de

26 de Dezembro, é convertida em cessão definitiva e gratuita do direito de propriedade".

Horta, 17 de Junho de 1997.

O Relator, *João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Augusto António Rua Elavai*.

Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/97 - "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de Março - Protecção aos mamíferos marítimos no mar territorial e na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores".

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, reunida na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores na Horta, no dia 17 de Junho de 1997, discutiu e analisou a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/97 - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de Março - "Protecção de Mamíferos Marítimos no Mar Territorial e na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores", na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores e sobre o mesmo emite o seguinte parecer.

CAPÍTULO I

Enquadramento jurídico

A Proposta do presente Decreto Legislativo Regional enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 182.º e é apreciada de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores - Lei 9/87, de 26 de Março.

CAPÍTULO II

Apreciação na Generalidade e Especialidade

A proposta de Decreto Legislativo Regional em análise, tem por objectivo pôr fim à prática de abusos contra a natureza e preservação do equilíbrio ecológico.

A Comissão ouviu o Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, sobre o referido diploma que invocou as principais razões que motivam a proposta em análise.

A Comissão emitiu parecer favorável por maioria, com a abstenção do Partido Social Democrata.

Horta, 17 de Junho de 1997

O Relator, *João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Augusto António Rua Elavai.*

A Redactora de 2.ª Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*